

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV

CVces

NÚMERO 61
MARÇO 2012



O QUE HÁ POR TRÁS DO FIM DA SACOLA PLÁSTICA

WHAT'S NEXT? Os excessos e desperdícios no mercado de consumo
PSICOLOGIA ECONÔMICA: somos incapazes de fazer a melhor escolha
FERNANDO LYRIO: documento da Rio+20 precisa crescer em ambição



Brasil Certificado

Inovação e sustentabilidade
nos negócios



10 a 12 de Abril 2012

Das 13h às 20h | Entrada Gratuita

Centro de Eventos São Luís
Rua Luís Coelho, 323
São Paulo | SP

Encontre líderes
em sustentabilidade
e conheça seus
compromissos com a
certificação socioambiental.

Visite a Brasil Certificado!

www.brasilcertificado.com.br

Realização



Organização



Patrocínio



FUNDO VALE

Apoio



[EDITORIAL]

Em prol dos comuns

Aparentemente banal, a sacolinha plástica e as restrições crescentes ao seu uso – como no estado de São Paulo – evocam questões de fundo. A primeira delas é a oportunidade de disseminar a mensagem ambiental pela grande população, por meio de um vetor muito eficiente de propagação. A sacolinha faz (ou fazia) parte do cotidiano e ajuda a trazer à discussão ambiental a vertente econômica, uma vez que funciona como um emblema da sociedade de consumo. E consumo, como sabemos, é o nó górdio da sustentabilidade.

Além disso, contribui para trazer à tona o valor oculto das externalidades – prejuízo causado pela atividade econômica que não é incorporado ao seu resultado, e, sim, transferido à sociedade e ao ambiente. Em nome da praticidade, uma infinidade de sacolinhas com vida útil de 400 anos é usada e descartada, causando diversos impactos. Quando seu preço deixa de ser embutido no valor das compras, o uso passa a ser comedido. Não só o preço da sacolinha torna-se visível: a restrição contribui para acender os holofotes sobre as externalidades.

Outro fio puxado nessa discussão remete à Tragédia dos Comuns. Descrita pelo ecologista Garrett Hardin, em 1968, a teoria explica como um conjunto de indivíduos agindo de forma racional e autointeressada (transpondo para o uso indiscriminado da sacolinha) tende a cair em uma armadilha que o leva a esgotar reservas de recursos compartilhados dos quais seu próprio bem-estar depende.

Outro autor, o economista e cientista social Mancur Olson, diz que, em um grande grupo no qual nenhuma contribuição individual faça uma diferença perceptível para o grupo como um todo, “o benefício coletivo não será provido, a menos que haja coerção ou indução externa que leve os membros do grande grupo a agirem em prol de seus interesses comuns”. Na sociedade de consumo que tanto preza a liberdade e confia em sua capacidade de escolha, coerção ou indução podem soar mal. Mas a Tragédia dos Comuns vem lembrar que restrições são necessárias em um sistema fechado, de recursos finitos. A sacolinha é só um começo.

Boa leitura!

PAGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTER Thais Herrera

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Editorial
Dora Dias (edição), Luis Mourão (design)
www.vendoeditorial.com.br

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA Lucas Cruz
CONCEITO DO PROJETO GRÁFICO Rico Lins
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)

REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina d'Angelo,
Bruna Borges, Carlos Tautz, Cristina Simonetti, Fábio
Rodrigues, Flávio Carrança, Flavia Pardini, Ignacy Sachs,
José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos de Economia
Verde), Luiza Xavier, Leilane Marinho, Maria Lutterbach,
Pedro Abreu, Regina Scharf

ENSAIO FOTOGRÁFICO Lucas Cruz
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
(11) 4303-8741

TUPINÁ COMUNICAÇÃO LTDA.

COORDENAÇÃO Júnior Tupinã
celular (11) 8202 4825

junior@tupina.com.br

ASSISTÊNCIA COMERCIAL
Rosana Mendes
rosana@tupinacomunicacao.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Aerton Paiva, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky,
Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni,
Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.

DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por
colaboradores expressam a visão de seus autores, não
representando, necessariamente, o ponto de vista de
PAGINA22 e do GVces.



A REVISTA PAGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE
DE REFLORAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS
PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E OUTRAS FONTES CONTROLADAS.



PAGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU
À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A
REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS –
DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

- 14 ENTREVISTA** Para Fernando Lyrio, do MMA, o documento da Rio+20 carece de ambição
- 20 CONSUMO** A restrição à sacolinha expõe a tensão entre o consumismo e a mudança necessária
- 26 WHAT'S NEXT?** Outros excessos entram em questão. Mas cabe ao consumidor resolver?
- 30 RETRATO** A natureza dá a senha da embalagem perfeita, é só copiar
- 36 RESÍDUOS** Fora dos holofotes, veja a quantas anda o maior componente do lixo: o entulho
- 40 ENTREVISTA** João Carlos Galassi conta as razões pelas quais a Apas decidiu banir as sacolinhas
- 46 CICLO DE VIDA** Sem respostas simples, a ACV depende do olhar usado ao medir o impacto

Seções



PÁGINA 22

- 05 WEB
- 06 Notas
- 08 Página Cultural
- 09 Estalo
- 10 Economia Verde
- 19 Análise
- 25 Coluna
- 45 Artigo
- 49 Artigo
- 50 Última

CAPA Foto: Lucas Cruz



Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Coluna "Escravos da Informação" – ed. 60] Tenho visto cada vez mais professores que ministram aulas com Datashow e, caso não tenhamos energia elétrica, não tem aula! Temo que em algum momento nossa espécie venha a sofrer um colapso pela perda de informações valiosas que foram guardadas apenas nos bytes, mas que representam milhares de anos da evolução. **Marco Louzada**

[Seis passos para entender Belo Monte – ed. 60] A questão

indígena de Belo Monte não se resume à Volta Grande do Xingu. Crucial mesmo é a definição prévia, se possível por meio de lei votada no Congresso, quanto à construção das demais barragens, estas, sim, desastrosas para as populações ribeirinhas e para o meio ambiente. Parabéns pelo artigo. **Artur Nobre Mendes**

[O pós-humano – ed. 60] Perfeito! Ela (Marcia Tiburi) consegue integrar em torno de um único conceito uma série de insights e discussões que venho

tendo com colegas e grupos de debate. Parabéns também ao entrevistador, que soube conduzir e amarrar bem as ideias! **Marcela Oliveira** "(...) pensar, mesmo que não nos deixe feliz, nos deixa em paz." É isso! **Vera Ludovice**

[A Terra como tabuleiro – ed. 60] Pelo entusiasmo do seu criador e por tantas mãos unidas com o mesmo objetivo, faremos juntos um "jogo" para um mundo muito melhor. Tô nessas redes, hein?! **Cristiane Oliveira**

LÁ EM CASA – QUEM FAZ PÁGINA22

Lucas Cruz, editor de fotografia



Ao contrário do que aprendeu no curso de Publicidade, Lucas descobriu que não queria usar a imagem apenas para instigar um consumo desenfreado.

Fugindo de ideias massificadas, procura nos objetos clicados um sentido que mereça o olhar atento, como se vê em seus ensaios para PÁGINA22. Lucas também trabalha com o fotógrafo Arnaldo Pappalardo, mas ao que mais se dedica mesmo é registrar tudo o que faz a filha Alice, de 1 ano e 2 meses.

POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

Pedaladas na rede

Para pedalar em grandes cidades como São Paulo, é preciso mais do que a bicicleta e o *kit* de segurança. Tão importantes como são a informação sobre as ruas não planejadas e o jogo de cintura para enfrentá-las. Ainda assim, é notório o quanto as magrelas estão invadindo São Paulo. Seja pelo estado caótico do trânsito a que a cidade chegou, seja pelas deficiências do transporte público, o fato é que, de uns anos para cá, tem mais gente pedalando – e não só por lazer.

Enquanto a prefeitura amplia as ciclovias e ciclorrotas a passos lentos, os ciclistas mostram-se mais ágeis e bem organizados. Promovem manifestações, fazem eventos pela cidade e arredores e difundem informações. E é na internet que esses grupos se conectam.

Por isso, PÁGINA22 selecionou blogs e sites dedicados à bicicleta que trazem informações, notícias e agenda de eventos. Um dos imprescindíveis para quem se considera ciclista é o falzoni.com.br, da bike repórter Renata Falzoni, uma das maiores ciclotivistas do Brasil. Também são boas fontes de informação o blog OutrasVias.com.br, comandado pelo jornalista Daniel Santini, e o SampaBikers.com.br, que há dez anos formou uma grande rede de ciclistas de São Paulo para pedalar à noite por trilhas e estradas próximas à capital. Confira em nosso site a lista completa antes de sair de *bike* pela cidade.



PORTAL DA ECONOMIA CRIATIVA

Ideias sobre a economia criativa, sua história, inovações e casos de sucesso estão reunidas no portal Criaticidades.com.br, lançado pela empresa de consultoria Garimpo de Soluções e a Umana Comunicação Integrada. O material foi feito com base em estudos e em mais de 100 entrevistas com especialistas no tema em diversos países. Entre eles estão a economista Ana Carla Fonseca Reis, que lidera a Garimpo de Soluções e as principais iniciativas do assunto no Brasil; a chef Ana Luiza Trajano, do restaurante

Brasil a Gosto; Graça Cabral, da São Paulo Fashion Week; e o embaixador Rubens Ricupero. Dois exemplos retratados são as cidades de Paulínia, que é hoje um polo cinematográfico, e Paraty, que realiza a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Ambas desenvolveram soluções alternativas para a economia local e se tornaram mais interessantes e atrativas para moradores e turistas.

ERROS EM PAUTA

Nem só de resultados bem-sucedidos vivem as pesquisas acadêmicas. Para dar uma chance ao aprendizado por meio do erro, a sociedade científica internacional Society Of United Life Sciences (Souls) criou a publicação eletrônica *Journal of Errology* (algo como "revista

da errologia"), no endereço bioflukes.com. Nele estão hipóteses erradas, experimentos que falharam e resultados ainda sem explicações científicas comprovadas. O próprio site abre espaço para que os leitores discutam textos e erros. Cientistas de todo o mundo podem submeter seus textos para publicação.



VALE O CLICK MUSEU VOLUNTÁRIO

O recém-lançado Museu Socioambiental, da Oscip Conselho Nacional de Defesa Ambiental, está formando seu banco de dados no musa.org.br, a partir da inserção de interessados em divulgar informações e trabalhos próprios. Há espaço para cursos on-line, palestras, pesquisas acadêmicas e até um "ECOshopping" com livros e produtos. O objetivo é "formar uma rede de difusão de informações para estimular a população a agir em busca de soluções", por isso também oferece serviços de soluções para problemas ambientais e campanhas de conscientização.

MAPAS DE TODOS

O projeto MapasColetivos.com.br é um mutirão de coleta de dados da cidade de São Paulo, onde cabe de tudo, desde bibliotecas, casas que devem ser tombadas, até jardins públicos e pontos de recarga de Bilhete Único. Qualquer um pode criar um mapeamento novo ou complementar outros, além de escrever relatos. O objetivo do projeto, lançado pelo Instituto Claro, a Associação O Eco e a Rede Nossa São Paulo, é ser um espaço para reportar temas importantes para a sustentabilidade urbana que servirão para entender a qualidade de vida da cidade.

TODOS OS PORQUÊS

Por que não comer humanos para resolver a superpopulação? Quão longe está o horizonte? Por que a maioria dos preços termina em 99 centavos? Essas e outras perguntas (no mínimo) irreverentes são respondidas no site lifelittlemysteries.com. Algumas são levantadas a partir de fatos recentes e outras da mera curiosidade. As soluções são apuradas de verdade, mas tratadas com criatividade e bom humor.

[(IN)JUSTIÇA DO PARÁ I]

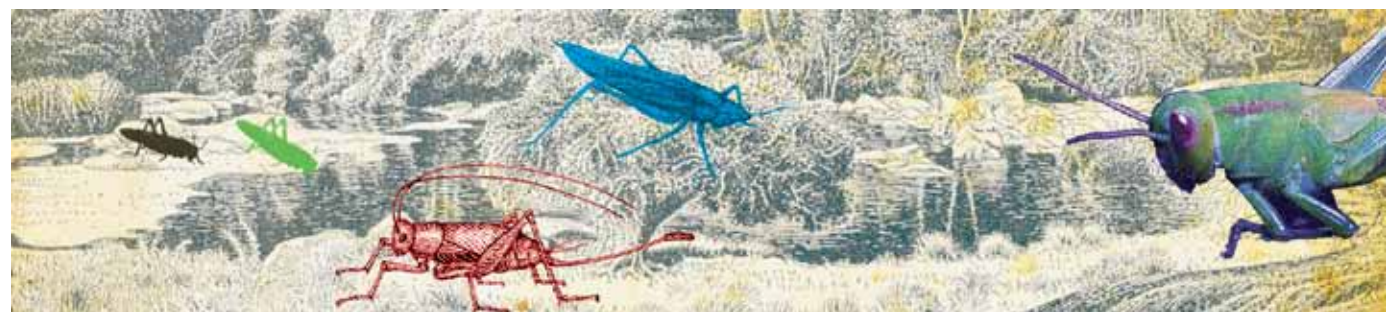
Solidariedade a **Lúcio Flávio**

Jornalistas, leitores, sindicatos, grupos de direitos humanos e organizações ambientalistas lançaram em fevereiro a campanha “Somos todos Lúcio Flávio Pinto”. O movimento visa denunciar, até mesmo no exterior, a injusta condenação do paraense Lúcio Flávio Pinto – considerado o maior especialista em Amazônia da imprensa brasileira – pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Pará. LFP, como também é conhecido, foi condenado a pagar indenização de R\$ 8 mil (o que hoje vale perto de R\$ 22 mil, incluindo custas e honorários advocatícios), referentes a uma ação por danos morais movida por Cecílio do Rego Almeida, fundador da CR Almeida, que é uma das maiores construtoras do País, responsável por várias obras bancadas com dinheiro público.

Almeida, falecido em 2008, alegou na ação ter sido ofendido pelo jornalista, que o chamou de “pirata fundiário” em reportagem

publicada em 1999 em seu combativo *Jornal Pessoal*. O texto descrevia a apropriação ilegal por Almeida de quase 5 milhões de hectares de terras públicas no Vale do Rio Xingu, no Pará – região de floresta rica em minérios e onde a Usina de Belo Monte está sendo construída. “Fui condenado por falar a verdade.” No fim do ano passado, o “grilo”, herdado pelos filhos do fundador da empreiteira, foi anulado por uma decisão da Justiça Federal, sujeita a recurso.

O caso é tão escandaloso que até os funcionários do cartório que registrou a compra da “propriedade” foram demitidos pelo TJ. Um dos empreendimentos com participação da CR Almeida é a exploração de cobre em Canaã dos Carajás, no Sudeste do Pará, pela Mineração Serra do Sossego, subsidiária da Vale, que tem o governo federal como um de seus acionistas. Procurada por PÁGINA22, a CR Almeida não se manifestou a respeito. **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**



[(IN)JUSTIÇA DO PARÁ II]

DRAMA KAFKIANO

Cansado de gastar dinheiro e tempo para acompanhar e recorrer dos 33 processos movidos contra ele nos últimos 20 anos, o jornalista Lúcio Flávio Pinto tomou decisão controversa, ao desistir de tentar mais um recurso contra sua condenação na ação de Cecílio do Rego Almeida. Seu último recurso foi negado em fevereiro pelo presidente do STJ, que justificou sua decisão em face da falta de algumas formalidades na documentação anexada por LFP, que preferiu mudar sua estratégia para o plano político. “Espero dividir com centenas ou milhares de pessoas o efeito dessa ignomínia de indenizar quem se apropriou de parte tão valiosa do patrimônio público.”

Das 33 ações que sofre, 18 foram iniciadas pela família Maiorana, dona do grupo de comunicação Liberal, cuja TV é afiliada da Rede Globo. LFP assinala que suas denúncias contra corrupção, grilagem e ligações de juizes, políticos e empresários

com grupos criminosos são sempre documentadas. “Mas fui parar numa espécie de Gulag. Não interessa o que digo, já estou condenado de antemão”, diz, comparando sua situação com a de prisioneiros do Gulag, sistema de administração dos campos de trabalhos forçados na antiga União Soviética.

“Continuo a crer em muitos dos integrantes do TJ, mas não na estrutura de poder que nele funciona, conivente com a espoliação do patrimônio público por particulares, como o voraz pirata fundiário Cecílio do Rego Almeida”, denuncia. Para doações à campanha pró-Lúcio Flávio e notícias sobre o caso, acesse somostodoslucioflaviopinto.wordpress.com. **(JAGP)**

[(COMIDA)]

VÁ DE MEIA-PORÇÃO

Mães e avós nos ensinam a comer tudo que está no prato, mas, se a tendência é que a porção seja cada vez maior, o conselho pode provocar efeitos indesejados,

como a epidemia de obesidade nos Estados Unidos. Para contornar o problema e ajudar a reduzir a fome no mundo e o desperdício de comida, foi fundada a iniciativa Halfsies. A ideia é que o comensal possa, em restaurantes conveniados, receber meia porção no prato mas pagar o preço total da refeição, sabendo que parte do valor será doada a instituições que atuam para reduzir a fome no mundo. O slogan da iniciativa é “go halfsie”, ou “vá de meia”.

A Halfsies lembra que o problema é relativamente recente. Hoje 66% dos americanos são considerados obesos ou acima do peso – em 1970 eram 47%. Um hambúrguer adicionava 333 calorias à dieta do comensal há vinte anos; hoje o mesmo item equivale a 590 calorias. Ao mesmo tempo, 40% da comida produzida nos EUA hoje não chega a ser consumida e os alimentos descartados ou deixados nos campos para apodrecer equivalem a 350 milhões de barris de petróleo por ano – 70 vezes o volume que vazou da plataforma

da British Petroleum no Golfo do México. Enquanto isso, cerca de 925 milhões de pessoas passam fome ao redor do mundo.

A iniciativa ainda está em desenvolvimento, mas a Halfsies espera despertar o interesse de restaurantes e consumidores e angariar fundos com a opção pela meia-porção: 60% da receita irá para ONGs do mesmo local dos restaurantes conveniados e 30% para ONGs globais atuando contra a pobreza e a fome. Mais informações em gohalfsies.com. **POR FLAVIA PARDINI**

[(ÁGUA)]

PEGADA DESTRINCHADA

Agente não vê, mas quando alimentos vão para o lixo – como quer evitar a Halfsies –, um monte de água vai junto. É a chamada água virtual, usada para fazer a miríade de produtos que consumimos e que, embutida neles, é comercializada mundo afora. Recente estudo realizado por pesquisadores holandeses estimou que um quinto da pegada hídrica internacional (volume total de água doce usada para produção) refere-se a produtos para exportação. O comércio internacional de produtos agrícolas representa a maior parte dos fluxos de água virtual entre países – 76%.

O estudo é o terceiro a destrinchar a pegada líquida da humanidade e usa dados de 1996 a 2005. Mostra que o Brasil tem a quarta maior pegada hídrica nacional, atrás

de China, Índia e Estados Unidos, e ocupa o terceiro lugar entre os exportadores de água virtual. O comércio de oleaginosas (algodão, girassol, canola etc.) responde por 43% dos fluxos globais de água virtual, e apenas uma commodity – o algodão – representa metade desse volume.

Ao consumir produtos, um cidadão do mundo utilizou uma média de 1.385 metros cúbicos de água – aproximadamente meia piscina olímpica – por ano no período de 1996 a 2005. Os autores do estudo acreditam que o acesso a números detalhados da pegada hídrica reforça a importância de colocar a escassez de água em contexto global.

Publicado na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS), o estudo tem acesso aberto (em inglês). Confira em bit.ly/xRREHa. **(FP)**

[(TECNOLOGIA)]

ABELHA-ROBÔ

Enquanto ambientalistas se alarmam com o colapso de colônias de abelhas em várias partes do mundo – que põe o importante serviço ambiental de polinização a perigo –, a turma da tecnologia se anima com a possibilidade de substituir abelhas por robôs. O Laboratório de Microrrobótica da Escola de Engenharia e Ciências Aplicadas da Universidade Harvard anunciou em fevereiro uma nova técnica que permitirá produzir insetos robóticos em massa.

A técnica para produção de milhares de abelhas-robô é inspirada em livros animados (ou *pop-up*) e origami, e envolve 18 camadas de materiais em um processo de dobradura.

Foi desenvolvida no âmbito do projeto RoboBees, da mesma escola em Harvard, que, inspirado na natureza, pesquisa como mimetizar artificialmente o comportamento coletivo e a inteligência das colônias de abelhas. Os pesquisadores esperam demonstrar os microrrobôs em voo autônomo dentro de três anos.

Esse será apenas o primeiro passo, pois o projeto visa desenvolver não só o corpo das abelhas-robô, mas também seu “cérebro” (sensores, controle, circuito) e seu comportamento colaborativo em colônia. Os pesquisadores esperam que elas sejam capazes de polinizar plantações, assim como atuar em vigilância e na avaliação ambiental. O projeto já compartilha a técnica em dobradura com a área médica para fabricação de instrumentos cirúrgicos. Mais em robobees.seas.harvard.edu. **(FP)**



FALA, LEITOR

HISTÓRIAS E IDEIAS DE QUEM LÊ PÁGINA22

Em fevereiro, o site de PÁGINA22 levantou o tema da análise de serviços ambientais em um artigo enviado por uma leitora. Esses estudos começam a ser incorporados por empresas para medir o quanto suas cadeias de negócios impactam nas espécies animais e vegetais ou recursos naturais.

O texto foi um dos mais lidos do mês e a autora é **Luciana Simões**, engenheira florestal e consultora de empresas nas áreas de gestão em sustentabilidade e projetos em biodiversidade. Ela é uma leitora fiel, que acompanha a revista



Se você deseja participar desta seção, escreva para leitor@pagina22.com.br e conte um pouco sobre você e seus projetos. Para se comunicar com Luciana Simões, escreva para luciana_simoes@uol.com.br

desde os primeiros anos, até mesmo na fase inicial, quando chamava *Adiante*.

Há um ano, o trabalho com análise da dependência e impacto na biodiversidade na perspectiva dos negócios é a novidade na vida de Luciana, que, desde a graduação, 20 anos atrás, trabalhava com ONGs. Ela já passou pela SOS Mata Atlântica e o WWF-Brasil em áreas de manejo florestal; mecanismos de conservação da biodiversidade; gestão em comunidades e gestão de áreas protegidas de interesse público e privado.

Luciana ressalta que essa medição dos

serviços ambientais é uma tendência. “Para empresas que já fazem inventários de carbono e pegada hídrica, essa é uma segunda fase e um novo patamar de conscientização do impacto dos processos produtivos”, diz.

Como são valores complexos de medir, os profissionais de sustentabilidade, como Luciana, estão estudando projetos-piloto e desenvolvendo metodologias para que, em breve, o cálculo seja acessível aos interessados em diminuir impacto na biodiversidade causado pelos processos produtivos. **POR THAÍS HERRERO**

uaiPhone

Onde se cruzam o tráfico de mão de obra boliviana e uma nova linguagem fotográfica? Foi a partir da brilhante reportagem iphonográfica de Antônio Gaudério à Bolívia, em 2007, que um grupo de fotógrafos mineiros percebeu ali experiência a ser explorada. Gaudério levou apenas o celular para registrar o esquema ilegal de exploração dos bolivianos. Andarilhos urbanos que nos tornamos, câmeras e lentes grandes não só são inconvenientes em reportagens investigativas como afugentam tentativas de apreender as sutilezas do dia a dia. O iPhone é – também – a nova Kodak e, assim, mais acessível, uma alternativa para flagras e uma retórica aventureira.

Bruno Figueiredo, Netun Lima e Emmanuel Pinheiro passaram a experimentar e registrar suas imagens *iPhônicas* e a repercussão foi boa. Hoje são 28 fotógrafos em quatro países partilhando o projeto que manteve a mineiridade só no prefixo. Além da onda de popularização da fotografia, Bruno aposta que novas tecnologias são terrenos férteis de inovação (e retomadas?).

O grupo tem exibido ensaios em festivais de fotografia, publicado em revistas especializadas e, este mês, debate o tema na segunda edição do Foto em Pauta, em Tiradentes, Minas Gerais. Para alimentar a conversa, três experiências, no mínimo, instigantes: [■ flickr.com/photos/basetrack](http://flickr.com/photos/basetrack) – Três fotógrafos acompanharam tropas norte-americanas no Afeganistão e divulgavam o conteúdo gratuitamente, com a ideia de jornalismo *free source*.



- Damon Winter, fotógrafo do *The New York Times*, também acompanhou soldados dos EUA no Afeganistão usando o iPhone e ficou em terceiro lugar no prêmio Pictures of The Year International.
- Park Chan-wook, conhecido diretor de cinema sul-coreano, gravou seu último curta-metragem, *Paranmanjang*, usando apenas iPhones como câmeras.



sem perder o humor jamais, colocou o dedo na ferida de como se formou a periferia de lá, assim como a daqui, assim como a de qualquer lugar. Tomara que *A Cidade É uma Só?* encontre espaço nos cinemas comerciais.

UMA DÉCADA DE RESPIRO

Os 10 anos do coletivo Poro são comemorados em grande estilo com o lançamento do livro *Intervalo, respiro, pequenos deslocamentos*, um apanhado da produção artística, intervenções urbanas e proposições políticas realizados pelo coletivo mineiro entre 2002 e 2010.

Formado por Brígida Campbell e Marcelo Terça-Nada!, o Poro produz ações efêmeras e trocas simbólicas nas cidades, atuando tanto no espaço institucional quanto no espaço não institucional. Na foto, por exemplo, vemos o trabalho *Faixas de Antissinalização*, realizado desde 2009, em Belo Horizonte, Fortaleza e Brasília.

Além da comemoração de ações persistentes e independentes que marcam a trajetória da dupla, o livro é uma oportunidade boa para uma discussão ampliada sobre

ações artísticas que promovem a percepção sobre o espaço público, cidade, patrimônio, memória, trabalho colaborativo e relações entre arte e política.

O leitor verá uma extensa coleção de imagens dos trabalhos do Poro, mas também textos inéditos, escritos por diversos autores, que contribuem com olhares e transbordamentos vindos de diferentes áreas: arquitetura, urbanismo, poesia, comunicação, história social, ativismo, artes visuais.

Fique atento a datas de lançamento no site: poro.redezero.org/livro.

NÃO PENSO. IMAGINO E FAÇO

Três videozinhos gigantes fazem parte de um projeto maior, um curta-metragem chamado *Thomas Tristonho*. Mas eles têm vida própria e, em separado, vemos artistas muito legais e sinceros. Enquanto aparecem alguns de seus trabalhos, ouvimos uma conversa boa sobre tristeza, desenho, alegria, desemprego, miniaturas, beleza e outras coisas do balaio de gatos da existência. Vai lá: oqueetristezapravoce.com.br.

Cortesias diárias | Um americano, determinado a ser um bom exemplo para a filha, tirou o ano de 2012 para praticar o bem e está provando que a gentileza está mais à mão do que imaginamos **POR THAÍS HERRERO**

Para muita gente, entre as principais promessas de Ano-Novo estão resoluções como melhorar a alimentação, entrar em uma academia, juntar dinheiro ou fazer trabalho voluntário. O americano de Chicago Ryan Garcia, no entanto, foi além das ideias comuns (e que em geral duram poucos meses) e se propôs a viver 2012 praticando uma boa ação diariamente, criando o “366 Random Acts of Kindness”, que em português seria “366 atos aleatórios de bondade”.

Desde o dia 1º de janeiro, Ryan tem cumprido o combinado com atitudes ora simples, como sorrir e cumprimentar todas as pessoas na rua – já que observou como elas andam sérias –, ora um pouco clichê, como dar um sanduíche a um morador de rua ou limpar a neve de seu quarteirão.

Mas há também desafios, como encarar o medo de agulhas para doar sangue e enfrentar o frio do inverno para participar de uma competição de natação beneficente em um lago de Chicago. O evento chamado “Lakeview Polar Bear Club Polar Plunge” arrecada dinheiro para ajudar famílias no tratamento de filhos com deficiência. Até então, Ryan desconsiderava ser um desses nadadores, como conta no blog 366randomacts.org.

“No ano passado, enquanto eu dirigia nas proximidades do evento, disse à minha mulher: ‘Não há chances de um dia eu participar de algo tão estúpido quanto isso’. São engraçadas as coisas que a missão da bondade me levam a fazer”, escreveu.

São explicações como essa que dão força ao projeto, pois mostram como pequenas gentilezas estão ao nosso alcance. Doar o lanche ao morador de rua, por exemplo, aconteceu depois que Ryan estava assistindo a uma premiação na televisão e comentou com sua mulher achar injusto que celebridades ganhem presentes, porque podem pagar pelos objetos. Em menor escala, percebeu que estava sendo hipócrita quando aceitou um sanduíche de graça em uma promoção de *fast-food*,



afinal, em sua carteira havia dinheiro suficiente para bancar a refeição.

A inspiração para o ano de benevolência de Ryan foi o nascimento da filha Isla. Em dezembro, ele planejava alguma resolução para 2012 quando olhou o bebê, então com 5 meses, e decidiu por algo que a inspirasse e fosse motivo orgulho no futuro: ter um pai dedicado a ser uma pessoa melhor. Segundo entrevista ao jornal *Skyline*, Ryan pretende ensinar a Isla o lema “*nós vem antes de mim*”. “Quero mostrar a ela que é fácil doar ao próximo. Eu tenho uma filha recém-nascida, um emprego de tempo integral e vida fora dele, mas ainda assim é fácil fazer atos casuais de bondade”, disse.

O projeto começou com uma lista de ações planejadas, mas, conforme Ryan ficou conhecido na cidade, passou a receber sugestões, e as aceita de bom grado, afirmando que é interessante saber o que a comunidade valoriza, para seguir seu projeto com uma maior variedade de gentilezas. Algumas pessoas estão também escrevendo a ele e compartilhando histórias de boas atitudes. Uma delas foi de um aluno de sua mulher, professora de educação infantil. A criança contou que, ao saber do projeto, abriu mão da pequena mesada que havia recebido dos pais e a deu a um morador de rua.

Ryan ainda se prontificou a destinar a uma instituição de caridade 10 centavos de dólar para cada seguidor no Twitter,

Facebook ou no blog. Até o final de fevereiro, ele já somava mais de 3.500 pessoas conectadas em suas redes sociais.

Apesar de Ryan buscar uma ação diferente por dia, confessou seu gosto especial pelas que envolvem os compatriotas do Exército, pelo fato de ser muito grato pelos “sacrifícios envolvidos nas missões”.

Só nesses primeiros meses, já levou um veterano da Guerra do Iraque com a família a um jogo de basquete, enviou uma carta aos que estão no Afeganistão e doou dinheiro para um site que encaminha pizzas a soldados fora dos Estados Unidos para que matem a saudade do gosto de casa. “Quero que eles saibam que, apesar de parecerem solitários no exterior, há pessoas aqui em casa pensando neles todos os dias”, escreveu no blog.

Enquanto o americano se inspira para novos atos e pede que as pessoas sigam seus exemplos, relata o amadurecimento de um homem que, ao se tornar pai, passou a refletir sobre sua vida e deu-se conta de como era impaciente em meio a sua rotina atribulada. O quinto dia do ano dedicou todo à gentileza dando passagem às pessoas, aos carros, a quem merecia mais do que ele o lugar em filas, e sendo o último a sair de elevadores. “Todos têm um tempo finito na Terra, então, por que não tirar um tempo para acalmar e apreciar o que está acontecendo ao nosso redor?”, provocou. **ZZ**



Vagos, como sempre

Debate sobre objetivos de desenvolvimento sustentável na Rio+20 envolve da geopolítica à mudança nos hábitos de consumo **CARLOS TAUTZ**

As intenções são nobres, porém vagas. “O mundo enfrenta uma gama mais ampla de desafios ao desenvolvimento sustentável (...) e uma ação coordenada é necessária.” As áreas a serem cobertas, amplas demais, como sempre convêm aos textos diplomáticos: segurança alimentar, água, energia, empregos “verdes”, trabalho decente e inclusão social, consumo, produção e cidades sustentáveis, mudanças climáticas, diversidade biológica e oceanos, redução de riscos de desastres e resiliência.

Apesar de fazerem parte de problemas que envolvem da geopolítica à economia, da ciência à mudança de hábitos, esses temas constam dos chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) sugeridos pelo Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global, que assessora o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon. ([acesse o documento em un.org/gsp](#) e [leia mais em Entrevista à pág. 14](#))

Em 30 de janeiro, Ban divulgou o relatório *Pessoas resilientes, planeta resiliente: um futuro que vale a pena escolher*, calhamaço de 99 páginas produzido pelo painel que servirá de base para discussões preparatórias à

Rio+20, conferência da ONU que será realizada de 20 a 22 de junho no Rio. Os ODS seriam uma espécie de continuação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o amplo e controverso leque de propostas que a ONU lançou em julho de 2001 para reduzir a pobreza.

“Os ODM tiveram muito sucesso em galvanizar apoio para a redução da pobreza global – provendo metas claras para o avanço e estimulando tanto a produção de novos dados relacionados à pobreza quanto compromissos adicionais”, diz o documento, que aponta a necessidade de os governos assumirem novos encargos para o pós 2015, quando já deveriam ter sido implementados todos os oito ODM. O texto do painel sobre sustentabilidade desconsidera as críticas sobre a extrema limitação dos ODM, que seriam destinados a apenas parte dos pobres do mundo, caso fossem transformados em ações concretas.

Se adotados, os ODS, por sua vez, deverão ser aplicados a todos os países, e não somente àqueles em desenvolvimento – talvez, como lição aprendida com a crise financeira, que em 2008 atingiu indistintamente tanto as nações ricas quanto as pobres –, e terão metas

CURTAS

CONVENÇÃO CORPORATIVA

O Stakeholder Forum, de Londres, e o Vitae Civilis trabalham para incluir na declaração final da Rio+20 a necessidade de os países adotarem uma convenção internacional sobre responsabilidade social corporativa ([acesse csradialogue2012.org](#)).

NADA DE AMARRAS

A Austrália, o Canadá e os Estados Unidos discordam da proposta e tentam remover a branda alusão ao tema da responsabilidade corporativa inserido na versão inicial do documento derradeiro da conferência de junho.

PACTO PELA NATUREZA

O setor financeiro também está se mexendo. Quatro instituições já aderiram à Declaração sobre Capital Natural, que será lançada na Rio+20 – entre elas, figura o Rabobank, um dos bancos mais atuantes em temas de sustentabilidade. O documento é uma iniciativa conjunta do Programa para o Meio Ambiente da ONU e do GVCes.

ADENDO

A declaração funcionará como complemento aos três compromissos globais pela sustentabilidade existentes hoje no setor financeiro – o mais conhecido são os Princípios do Equador. Detalhes sobre o novo documento podem ser acessados em [naturalcapitaldeclaration.org](#).

FROTAS SUSTENTÁVEIS

Um grupo de cinco grandes companhias – Kimberly, 3M, Vivo, Sadia e Protege – diminuiu em 40% as emissões de carbono de suas frotas entre 2009 e 2011 no País, na comparação com as emissões inicialmente estimadas.

BOM PARA O BOLSO

A informação é da Ecofrotas, empresa especializada na gestão sustentável do uso de veículos corporativos. Saíram ganhando o meio ambiente e o caixa das cinco empresas com as modificações introduzidas pela Ecofrotas. Só a Kimberly conseguiu economizar quase R\$ 1 milhão. **(JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA)**

intermediárias até o horizonte final de 2030. O contexto da realização da Rio+20, entretanto, não gera otimismo. “Os chefes de Estado estarão mais interessados em tratar da crise financeira imediata do que debater o modelo civilizatório”, observa o professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense Carlos Walter Porto Gonçalves. “Todo o documento é vago”, critica o professor, que na década de 1980 trabalhou com Chico Mendes. “É sintomático que o relatório pouco se refira ao Protocolo de Kyoto, que ainda tinha consensos, metas e princípios razoáveis”, observa.

Aron Belinky, coordenador de processos internacionais do Instituto Vitae Civilis, e membro da organização da “Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental”, que reunirá milhares de ativistas no Aterro do Flamengo de 15 a 23 de junho, concorda que é grande o grau de abstração do texto do painel da ONU. “Além disso, o tempo para debater questões tão diversas será muito pequeno”, completa. Para Belinky, é necessário priorizar temas, métricas e indicadores de progresso dos ODS, tendo claro que o processo não será concluído no Rio. “O horizonte para a conclusão das negociações é mesmo

2015”, opina. “Também precisamos definir objetivos mensuráveis e tempos de mudança, além de indicar qual será o arranjo institucional que tratará da implementação dos ODS”, completa.

Esta última discussão, aliás, remete à ideia da criação de uma espécie de “organização mundial do meio ambiente”, mas Belinky lembra que, neste caso, o debate terá de ser muito mais amplo e não será fácil. “Afim”, diz, “os ODS não tratam apenas de temas ambientais. É preciso que o arranjo institucional seja qualificado e tenha representatividade para monitorar o cumprimento de metas e responsabilidades”.

Nesse contexto, o Brasil sugere à conferência, em documento de 1º de novembro de 2011, 25 temas para o debate, incluindo a erradicação da pobreza extrema, passando pelo reforço do multilateralismo com participação da sociedade civil e chegando à biodiversidade e ao “empoderamento” das mulheres. Essas propostas, também com enorme grau de generalidade, compõem o que o País chama de “Dez Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”. Mas seu tom é tão genérico quanto a proposta da ONU para os ODS, o que coloca dúvidas sobre o sucesso da Rio+20.

[ERRATA] Na reportagem “Casa popular e indústria solar”, publicada na edição 60, o Departamento Nacional de Aquecimento Solar da Abrava esclarece que: A meta brasileira é a de atingir no fim do ano de 2015 uma área de 15 milhões de metros quadrados de coletores. A área de 6,24 milhões de metros quadrados é referente à situação do Brasil em dezembro de 2010 e as informações referentes a 2011 estão sendo tabuladas. O México possui algo próximo a 1,5 milhão de metros quadrados instalados, o equivalente a um quarto do parque solar térmico brasileiro.

Decolagem difícil : A legislação federal sobre compras públicas sustentáveis ainda atrai pouco interesse de gestores **FLÁVIO CARRANÇA**



As compras públicas sustentáveis têm sido vistas como um dos mais poderosos instrumentos de incentivo à transição da economia marrom para a verde. No Brasil, apenas as aquisições da administração pública com verbas federais equivalem a 15% do PIB, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Mas o interesse dos gestores públicos ainda se mostra reduzido.

Faz pouco tempo que o governo federal passou a tratar o tema como política pública. O primeiro mecanismo legal a regular o assunto no âmbito federal foi a Instrução Normativa 1 (IN 1), editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em janeiro de 2010.

A norma estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços e obras e ganhou ainda mais força com a publicação da Lei nº 12.349, de dezembro de 2010, que incluiu o

desenvolvimento sustentável como um dos objetivos das licitações públicas, reguladas pela Lei nº 8.666/93.

Para incentivar gestores públicos a seguirem as novas regras, foi criada uma plataforma na página do MPOG na internet para a inserção voluntária de editais e contratos sustentáveis realizados por órgãos da administração federal. Contudo, apenas seis editais foram postados na plataforma – um de 2008, dois de 2009 e quatro de 2010 (*mais em cpsustentaveis.planejamento.gov.br*). Também não há canal público com dados que permitam avaliar o grau de implementação da IN 1.

O MMA informou à reportagem que poderia solicitar as informações ao MPOG, que levaria alguns dias para responder ao pedido. Um bom exemplo da aplicação das regras da IN 1 foi a compra compartilhada de materiais de escritório em setembro de 2010 por oito órgãos federais instalados na cidade do Rio de Janeiro. Além das

vantagens ambientais dos produtos adquiridos, o gasto do governo com a compra compartilhada foi quase 50% menor do que o valor estimado na pesquisa de preços antes do pregão, representando economia de R\$ 723 mil.

No entanto, a nascente legislação ainda enfrenta questionamentos pesados do setor privado, estratégico para o sucesso dessa política. “A IN 1 contém muitas imprecisões, incorreções e problemas conceituais, o que a torna difícil ou impossível de ser implementada”, critica Nelson Pereira dos Reis, diretor do departamento de meio ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Um dos questionamentos refere-se à menção na IN 1 de atendimento às normas da série ISO 14000 de gestão ambiental para obras e serviços de engenharia. “A adoção da ISO 14001 (*certificação mais adotada da série ISO 14000*) só alcançou até hoje 5 mil empresas. Isso é muito pouco, quando comparado ao número de companhias que o governo mobiliza para suas

compras”, assinala Reis. Superadas as querelas legais, novos desafios estarão colocados para as empresas, que precisarão investir centenas de milhões de reais em adequação ambiental, levando em consideração apenas o estado de São Paulo, prevê o diretor da Fiesp.

“O poder público poderia fomentar novos negócios sustentáveis ao cobrar tributação mais baixa das empresas e sobretaxar produtos inadequados sob os prismas social e ambiental”, afirma Luciana Stocco Betiol, coordenadora do programa Consumo Sustentável do GVces.

Segundo ela, o uso de licitações sustentáveis é previsto em duas leis federais recentes – a Política Nacional de Resíduos Sólidos, de agosto de 2010, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de dezembro de 2009. Apesar do papel estratégico das compras públicas na economia verde, o *Rascunho Zero* da declaração final da Rio+20, divulgado em janeiro pela ONU, menciona o tópico apenas de passagem.

ENTREVISTA **RODRIGO C. A. LIMA**

ICONE VÊ FAZENDAS COMO GUARDIÃS DA BIODIVERSIDADE

É possível conciliar a enorme e crescente demanda por alimentos em todo o planeta com a adoção de práticas sustentáveis? Como os diversos modelos de produção podem coexistir, de forma equilibrada? A contribuição que a Rio+20 pode trazer para o equacionamento desse problema é um dos assuntos desta entrevista com Rodrigo C. A. Lima, gerente-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône).

Que tipo de compromisso a Rio+20 pode estabelecer que influencie países com grande produção agrícola, como o Brasil, a tornarem-se mais sustentáveis e amigáveis ao clima e à biodiversidade?

Um dos objetivos que começam a desenhar-se para a Rio+20 é discutir regras ou indicadores do que sejam padrões de produção e de consumo sustentáveis. Esse pode ser um dos resultados concretos da conferência. É possível que a Rio+20 adote uma agenda que inicie um processo de negociação, porque isso é muito amplo. É necessário haver pelo menos uma linha de princípios básicos, mas a discussão sobre os detalhes do que seriam esses padrões ocorreria em um processo futuro de negociação.

A agricultura brasileira pode ser desenvolvida de maneira sustentável e sem aumentar o desmatamento?

As propriedades privadas no Brasil possuem florestas. São mais ou menos 250 milhões de hectares de vegetação. E essas áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal são fundamentais para conservar a biodiversidade – que é o conceito delas tanto no Código Florestal atual quanto no que está em discussão. Um segundo elemento é o Plano ABC (*Agricultura de Baixo Carbono*), que são tecnologias bastante conhecidas: fazer plantio direto, integração lavoura-pecuária e plantar mais florestas para resolver a questão do carvão vegetal renovável. O grande desafio é dar escala a essas ações. E o ponto-chave é a recuperação de pastagens e outras áreas agrícolas degradadas. O Brasil possui ao menos 40 milhões de hectares de área aberta que pode ser recuperada para a atividade produtiva nas próximas décadas.

A erradicação da pobreza será um dos temas da Rio+20. O senhor acredita que os objetivos do agronegócio sejam compatíveis com o atendimento das demandas de segmentos historicamente excluídos, como quilombolas e indígenas?

Eu não só entendo que é possível como é necessário. Isso certamente vai aparecer na Rio+20: visões de que uma agricultura é a correta e a outra é a errada. Se no Brasil existe agronegócio, agricultura familiar, assentamento, quilombolas, índios, orgânicos, transgênicos, são interesses distintos, mas são modelos que precisam coexistir. Entendo que a questão é um ponto de equilíbrio entre esses modelos.

Como o Icône vê a proposta de criação de uma Organização Mundial do Meio Ambiente?

Os europeus querem criar uma “OMC” (*Organização Mundial do Comércio*) para meio ambiente, o que entra naquela ideia de governança ambiental. Penso que a discussão é válida, mas é importante lembrar que economia verde ou desenvolvimento sustentável só faz sentido na medida em que considere as características de cada país, sem receita única. A pressão vinda de fora é pelo desmatamento zero, mas ninguém considera o que a gente tem de florestas nas fazendas. Então por que esse modelo brasileiro não se torna o padrão? Ninguém vai querer, porque vão ter de plantar floresta onde todo mundo já desmatou. Mas por que isso não é reconhecido como um elemento de desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira? (FC)

Exploração de recursos naturais cresce 61% desde a Rio-92

JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

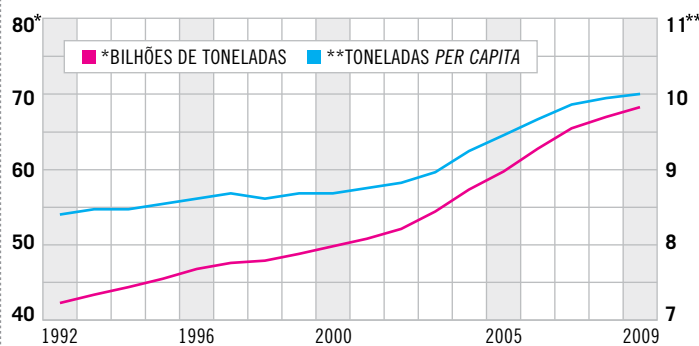
Um parâmetro útil para medir a pressão econômica sobre a natureza é a evolução da extração de biomassa, minérios e combustíveis fósseis. À frente desses cálculos está o Instituto de Ecologia Social da Universidade de Klagenfurt, na Áustria. Em agosto de 2011, um grupo de cientistas do instituto, liderado por Fridolin Krausmann, atualizou seus dados sobre o assunto, que agora cobrem o período de 1900 a 2009.

Infelizmente, os pesquisadores têm mais uma má notícia. A extração daqueles três recursos atingiu 68,1 bilhões de toneladas em 2009, um aumento de 61,4% sobre 1992. São quase 26 bilhões a mais que na medição de 2005, que apontava acréscimo de 41,2% na mesma comparação. O dado de 2005 é o utilizado no relatório que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) publicou em novembro com indicadores do progresso do desenvolvimento sustentável desde a Rio-92 (*ver em bit.ly/vi91Nu*).

Para o Pnuma, entretanto, a pesquisa dos austríacos também traz como boa notícia o fato de que o crescimento da extração de recursos *per capita* foi bem mais lento, de 29,9%, entre 1992 e 2009, quando

somou 10 toneladas por habitante. Detalhes da pesquisa austríaca podem ser conferidos nos links bit.ly/xgYOaf (dados até 2009) e bit.ly/zdqEc0 (artigo original de 2005).

SOMA DE BIOMASSA, COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, MINÉRIOS E MINERAIS INDUSTRIAIS E PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL



FONTE: INSTITUTO DE ECOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE KLAGENFURT, ÁUSTRIA. ELABORAÇÃO: PNUMA/22



Engenheiro elétrico de formação, Fernando Lyrio chefiou a Assessoria de Assuntos Internacionais do MMA de 2003 a 2011, quando então assumiu a função de assessor extraordinário do MMA para a Rio+20

“Não falta foco, falta ambição”

POR AMÁLIA SAFATLE FOTOS LUIZA XAVIER



O termo “extraordinário”, na administração pública, não significa algo necessariamente bacana, mas um cargo que se autoextinguirá em determinado prazo. Assim Fernando Lyrio define sua função, a de atuar – com vistas à Rio+20 – como um ponto de interlocução e costura dentro do Ministério do Meio Ambiente, entre as demais pastas do Executivo e entre o governo e os diversos setores da sociedade. E o desafio não se resume a isso: o assessor extraordinário do MMA designado para a conferência identifica como tarefa crucial contribuir para dar mais ambição ao *Rascunho Zero* – documento compilado pelas Nações Unidas que serve de base para todo o processo de discussão entre os quase 200 países que estarão representados no Rio de Janeiro, em junho.

Para ele, os temas a serem debatidos envolvem questões muito concretas, como a de rever o uso do PIB como principal indicador. “O *Rascunho Zero* precisa crescer em ambição. Os temas estão lá, mas precisa dar carne a eles. Esse é um trabalho que a gente vai ter ao longo dos próximos quatro meses”, diz.

Sendo a Rio+20 uma conferência sobre desenvolvimento sustentável, e não sobre meio ambiente, de que forma o MMA tem interagido com os demais ministérios, especialmente da área social e econômica, na consolidação de uma posição brasileira?

A conferência não é apenas de meio ambiente, mas o meio ambiente foi tradicionalmente a porta de entrada para a discussão da sustentabilidade. O desafio agora é trazer outros setores. No âmbito do processo preparatório do governo brasileiro, a gente tem conseguido trazer as áreas econômica e social. O processo que saiu do documento brasileiro de preparação de visões e perspectivas para a Rio+20 e o processo das nossas visões em torno do *Rascunho Zero* têm contado com o aporte constante e muito engajado dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Social. Com o MMA, compõem a secretaria-executiva da comissão e cada um tem o papel de engajar os demais atores e ministérios. Então, esse é um desafio muito grande de governo, mas temos conseguido avançar. É um processo lento, porque é novo. Passou a haver uma discussão muito grande no setor financeiro, agrícola, dos movimentos sociais, que tradicionalmente não acompanhavam essa discussão.

Qual a principal dificuldade dessa interlocução?

Não é a dificuldade de interlocução, mas a de enxergar as três coisas juntas. Como essas dimensões se coordenam, se orientam? Quando falamos de energia, por exemplo, existe um componente social, que é o de oferecer energia para todos, é uma meta do governo. Ao mesmo tempo, tem o lado ambiental, que tipo de energia vamos oferecer, qual o impacto do ponto de vista dos recursos naturais e qual o custo ambiental que a gente quer pagar por isso? E, depois, como fazer tudo isso dentro uma viabilidade econômica? Toda a discussão do desenvolvimento sustentável passa por trabalhar transversalmente.

Diante desse desafio da transversalidade, quais as chances de o governo brasileiro se apresentar coeso, com uma posição internamente alinhada, ainda mais tendo uma presidente da República historicamente pouco envolvida com a temática da sustentabilidade?

Esse tem sido um processo interno, de construção de posições. O processo de construção do documento brasileiro, que foi apresentado em novembro – aquele que cada país tinha de apresentar –, contou com participação da sociedade, mas era um documento de governo. Era um documento com elementos da agenda ambiental. Quando o documento fala da revisão do PIB e em indicadores da sustentabilidade para as empresas, tudo isso que havia sido colocado pela agenda ambiental hoje é defendido pelo Ministério da Fazenda. Quando se fala de revisar o PIB, pode-se perguntar como fica a posição brasileira no *ranking* mundial, mas mesmo assim houve uma discussão de governo para encaminhar essa percepção de que o PIB tenha de ir além da questão econômica.

Então, essa coesão de governo está sendo construída. E o papel da presidenta é o de orientar e arbitrar. Ela deu suas opiniões, validou, e sua preocupação é a de que a sustentabilidade vá além da ambiental, e contemple as questões sociais e econômicas. Os desafios do País são se desenvolver economicamente, oferecer energia, infraestrutura, transporte, atender as aspirações da população e ainda distribuir renda, promovendo conservação ambiental.

Além da postura desenvolvimentista que se percebe na gestão federal, o Brasil vive uma euforia de país emergente, em que crescimento econômico e aumento do consumo são facilmente confundidos com desenvolvimento. Isso não só internamente: o *Rascunho Zero*, por exemplo – esta crítica veio do meio científico –, não explicita uma ideia elementar, que é a noção de limites ecossistêmicos, como se a economia pudesse crescer indefinidamente. Com isso, o senhor acredita que corremos o risco de lançar bases de uma conferência que não revê a fundo modelos de desenvolvimento, e, sim, abre espaço para um crescimento econômico “esverdeado”?

Você tem razão quando fala que o desenvolvimento muitas vezes se confunde com a inserção das pessoas no mercado de consumo. No caso brasileiro, tivemos um processo de inclusão social muito grande. Essa discussão, de produção e consumo, que polariza os países do Norte e do Sul, está presente de maneira muito forte na Rio+20 como um elemento pouco agregador. Obviamente, os países desenvolvidos não querem rever seus padrões de consumo e, ao mesmo tempo, os em desenvolvimento aspiram padrões de consumo diferenciados e há um limite para o planeta. A questão não é impedir o consumo, mas que tipo de consumo você tem. É reconhecer que há aspirações legítimas de energia, de bens de consumo. Lembro que vi um vídeo de um sueco que contava sobre quando chegou a máquina de lavar roupa na casa dele, e o que isso significou quando viu que a mãe passou a usar o tempo que usava lavando roupa para ler livros para ele. “A máquina de lavar roupas trouxe livros para minha casa”, ele disse. É desse tipo de coisa: que tipo de consumo a gente quer?

Estamos falando de qualidade do crescimento?

Temos de crescer de maneira qualitativa. Não é saudável que países em desenvolvimento se mirem nos desenvolvidos. Os países desenvolvidos têm de ser trazidos para discussões da revisão de consumo. Trata-se de uma revisão profunda do modelo de desenvolvimento global, fundamentalmente baseado na quantidade de consumo, e esse ainda é o padrão de progresso. Se essa discussão não entrar em jogo, aí realmente a Rio+20 deixa de cumprir seu papel essencial.

O senhor veio participar de um evento empresarial sobre mudança climática (promovido pelo programa *Empresas Pelo Clima*). Em sua visão, o setor empresarial brasileiro já está suficientemente engajado na questão? Quanto falta para que efetivamente os modelos de negócio sejam alinhados com o modelo de desenvolvimento que queremos?

Em toda a discussão sobre sustentabilidade, o mundo inteiro está no começo. Embora essa discussão seja antiga, os países desenvolvidos já avançaram na questão social, mas têm um padrão de consumo que não é o adequado. Tanto o mercado internacional como o brasileiro começam a orientar as ações do setor privado, que é um vetor muito importante de transformações. No setor privado brasileiro, há muitos atores que de fato têm preocupações e consciência e outros que não têm, mas estão se inserindo nisso, porque o mercado exige. Esse é um processo incipiente, porque o mercado e o nível de conscientização da população brasileira ainda não são suficientes. Existe um papel do Estado também, que é o de conscientização e de educação, e, nesse sentido, cabe à Rio+20 a

A quantidade de consumo ainda é o padrão de progresso. Se não questionar isso, a Rio+20 deixa de cumprir seu papel

função importante de trazer esses temas para o debate. Hoje tudo funciona por cadeias. Ontem (*15 de fevereiro*), eu conversava com o pessoal do Sebrae (*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*) e estamos fazendo um trabalho com grandes empresas, como Braskem, Petrobras e Vale, no sentido de que as cadeias que alimentam estas empresas tenham de responder a padrões estabelecidos por elas. É uma forma de induzir o pequeno e o microempresário, que normalmente não são afetados no sentido da demanda, mas que possam responder a orientações de mercado da cadeia produtiva. (*mais sobre na reportagem “Pequenos Poderes”, edição 58*)

A Rio+20 corre o risco de ser um grande fracasso, no sentido de que não consiga acordar uma agenda prática e compromissos políticos que efetivamente se transformem em ações. Que planos B podemos e devemos preparar desde já, para que uma eventual frustração não tenha um efeito paralisante no pós-evento?

Por dever de ofício, a gente no governo não pode apostar no fracasso, a gente trabalha para o sucesso da conferência. O Brasil, ao se oferecer a sediar uma conferência desse porte, tem uma aspiração – não se trata apenas de fazer um evento. É o Brasil, 20 anos depois, repensando a ideia do desenvolvimento sustentável, avaliando o que andou ou não e renovando o compromisso para as próximas décadas. Por isso não falo em fracasso, e, sim, nas dificuldades e complexidades que o momento traz. Momento este de crise econômica muito forte, que não estava posicionada como agora quando o Brasil propôs a conferência, há três anos.

Se a crise econômica tivesse posicionada, o Brasil não teria proposto a conferência?

Aí que está. Eu penso que a crise econômica é uma oportunidade de falar: “Olha, nada está funcionando. Hoje, nem a economia está funcionando, o modelo não está funcionando”. Então, o fato de os governantes, por tradição, terem de lidar com o horizonte de curto prazo, para dar respostas de curto prazo à população, isso, de alguma maneira, difere da ideia de desenvolvimento sustentável, de olhar a longo prazo. O desafio da Rio+20, portanto, será como

encaixar essa discussão de curto prazo na de longo prazo. A Rio+20 se dará na sequência da reunião do G-20, que busca uma resposta imediata para a crise econômica, ou seja, os governantes vão sair do G-20 e cair no Rio de Janeiro. Então, até para evitar uma esquizofrenia do discurso, eles terão de lidar com essas duas dimensões.

Agora, você pergunta pelo plano B. Existe um processo da construção do legado nacional da Rio+20. O internacional será o que os quase 200 países da ONU quiserem. Já no nacional, o governo, o Estado brasileiro tem condição de repensar modelos, fazer escolhas e, quando chegar em 22 de junho (*dia do encerramento*), independente do que tiver acontecido, a gente tenha ideias propostas com um olhar de longo prazo para o futuro.

O que o senhor pensa das críticas sobre a falta de foco da Rio+20?

Os temas e as agendas não foram estabelecidos pelo Brasil e, sim, pelas Nações Unidas. Eu não diria “falta de foco”, mas um processo que carece de mais ambição. Que ambição dar a um tema – desenvolvimento sustentável, modelo de desenvolvimento – que é amplo por natureza? O *Rascunho Zero* não é ambicioso, é um bom ponto de partida, mas precisa crescer em ambição.

Isso significa o quê? Que ambição seria essa?

Ter compromissos e agendas mais concretas. Ser mais que um documento declaratório. Por exemplo, quando se fala: “Temos de revisar o PIB”. O *Rascunho Zero* reconhece que o PIB é limitado. Tá bom, mas o que a gente vai fazer com isso? Quando se fala em governança, como traduzir essa ideia em instituições fortes, política e institucionalmente? Como fazer para uma instituição de governança ambiental ser financeiramente estável? São questões concretas. Os temas estão lá no *Rascunho Zero*, mas precisa dar carne a eles. Esse é um trabalho que a gente terá nos próximos quatro meses.

Mas para isso terão de ser escolhidos alguns temas que vocês acreditam como sendo os mais fundamentais, para que se possa focar e dar a ambição necessária, não é? Se o senhor pudesse escolher um único assunto dentro da linha de economia verde e um único assunto dentro da linha de governança, quais seriam esses pontos cruciais, capazes de reverberar em outros?

Esta é uma pergunta difícil, porque certa vez eu respondi a isso em uma reunião internacional, e aí o pessoal falou: “Então o Brasil só está interessado nisso e apostando no fracasso do resto?” (*risos*) Mas vou responder a sua pergunta. A gente aposta muito nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. (*mais sobre os ODS à pág. 10*) Essa é uma ideia que tem ganhado força, porque permite dar concretude ao desenvolvimento sustentável na medida em que os países vão adotar um conjunto de temas, áreas, em que possam adotar compromissos, estabelecer responsabilidade para países desenvolvidos e em desenvolvimento, contemplar as três dimensões da sustentabilidade de maneira integrada, abarcando temas transversais, como gênero, inserção social da mulher, segurança alimentar. Provavelmente a Rio+20 não vai estabelecer os objetivos do ponto de vista de percentuais, datas, mas, sim, um patamar, uma estrutura básica. Se a Rio+20 adotar os ODS, já será um resultado muito concreto. Da mesma maneira, a história da

revisão do PIB como modelo de indicador. Na área de governança, a gente aposta em duas coisas: o estabelecimento de uma unidade referenciadora, coordenadora e orientadora das ações de desenvolvimento sustentável – um conselho ou outro nome que se queira dar –, que esteja na mais alta instância das Nações Unidas. E, em paralelo, o fortalecimento muito expressivo no pilar ambiental das Nações Unidas. Historicamente, esse pilar está representado pelo Pnuma, criado após a Conferência de Estocolmo, em 1972. Só que os desafios ambientais se ampliaram muito nos últimos 40 anos, então é preciso revisar o mandato, a força, a capacidade que esse organismo tem para responder às grandes demandas ambientais.

Em sua visão, qual é o grande nó do desenvolvimento sustentável?

É integrar visões dentro das dimensões social, ambiental e econômica, sem maniqueísmo. E integrar visões de mundo. O que é sustentabilidade para um país não necessariamente é para o outro, então é preciso romper esse paradigma perverso de polarização Norte-Sul, de apontar o dedo, de dizer quem é o responsável pelo quê. Hoje, essa polarização tem impedido o consenso na maior parte dos processos internacionais, nas COPs.

E como se faz para haver essa integração?

Temos conseguido algumas aproximações e o Brasil tem um papel muito importante nisso. Na COP de Biodiversidade, o Brasil conseguiu ser o elemento mediador entre os países provedores de recursos biológicos e os países usuários.

Porque o Brasil é tanto grande provedor como grande usuário.

Exatamente. E o Brasil foi fundamental na negociação sobre a repartição de benefícios do Protocolo de Nagoya. Na discussão de clima, em Durban, a mesma coisa. Quando se discute economia verde, o desafio é fazer com que os países se aproximem. Por isso dei o exemplo dos ODS. Não é como o caso dos Objetivos do Milênio,

Se a conferência adotar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a revisão do PIB, já terá bons resultados

que visam resolver problemas essenciais dos países em desenvolvimento, como pobreza, saneamento, mas, sim, para discutir questões como energia, produção e consumo que envolvem também os países desenvolvidos. O que faz com que estes se sintam parte da decisão.

O senhor acredita que, com a proximidade da Rio+20 e os olhos do mundo mais voltados para o Brasil, a presidente Dilma seja induzida a vetar a mudança do Código Florestal?

A Rio+20 ou qualquer grande conferência expõe o país-sede. Eu participei de inúmeras reuniões nos últimos anos e, toda a vez que você vai a uma reunião internacional, as contradições e complexidades do país-anfitrião aparecem. Até porque os setores aproveitam aquela visibilidade internacional e trazem isso à tona.

Então o novo Código Florestal é uma contradição?

Não é uma contradição, é um conflito de interesses. O Código Florestal, no Brasil, reflete um conflito de interesses. O Brasil é, por definição, um grande detentor de recursos naturais e um grande exportador agrícola. Então, há um jogo de interesses legítimos. Há uma multiplicidade de forças que estão sendo disputadas no Congresso Nacional de uma maneira soberana. Obviamente, o mundo está de olho. O que não significa que isso se confunde com o processo internacional, ainda que sujeito a críticas e eventuais oposições.


Quais são as funções de um assessor extraordinário do ministério para a Rio+20? Quais são suas tarefas, suas metas?

Sabe o que significa “extraordinário” na administração pública? Fora dela, significa algo muito bacana, mas na administração pública significa que este cargo se autoextinguirá após a conferência (*risos*). O governo brasileiro montou uma estrutura de governança para a Rio+20, tem uma comissão nacional, uma secretaria-executiva e, no MMA, criou uma assessoria extraordinária que visa coordenar todos os esforços internos do ministério, agregar todas as visões de cada área do ministério. A assessoria tem também o papel de fazer a mediação com os outros órgãos do governo e com a sociedade civil. Vamos fazer ao longo do semestre várias consultas com o setor empresarial, o setor financeiro, o setor não governamental, os movimentos sociais, a academia, as micros e pequenas empresas. E, além disso, incidir sobre os resultados do processo internacional.

Os outros ministérios não têm uma assessoria extraordinária?

Não. É como eu digo, tradicionalmente o MMA recepciona a discussão da sustentabilidade. A forma como a sociedade enxerga desenvolvimento sustentável é referenciada no MMA.

Embora seja o MRE que defina as negociações no final...

É, a parte da condução da política externa, sim. A comissão nacional é copresidida pelo ministro das Relações Exteriores e pela ministra do Meio Ambiente. O que já é uma mudança em relação às outras grandes conferências, presididas só pelo MRE. Existe uma secretaria-executiva, que é composta pelo Itamaraty e por esses três ministérios: Fazenda, Desenvolvimento Social e Meio Ambiente. E criou-se a assessoria extraordinária, porque se entendia que o MMA deve ser fortalecido para fazer frente às demandas da Rio+20. 

Um novo contrato social para o século XXI

Para viabilizá-lo, as Nações Unidas precisam de um grande fundo desenvolvimento e redes de cooperação científica e técnica **IGNACY SACHS***

Neste ano de 2012 vamos celebrar duas efemérides: o tricentenário de nascimento de Jean-Jacques Rousseau e os 250 anos da publicação do seu *Du Contrat Social*, uma feliz coincidência com a segunda Cúpula da Terra, que se reunirá em junho próximo no Rio de Janeiro.

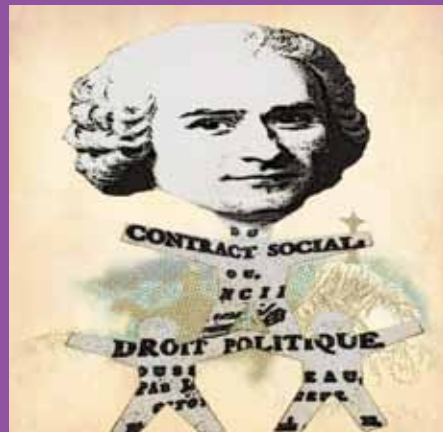
O encontro na Cidade Maravilhosa poderia dar início a um processo de formulação de um contrato social para o século XXI, com dois andares:

■ Contratos sociais em cada país-membro das Nações Unidas, construídos a partir do tripé justiça social, sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica, esta última a ser implantada por meio de uma cooperação quadripartite entre os Estados desenvolvimentistas, os empresários e os trabalhadores dos setores público e privado, sem esquecer a sociedade civil organizada;

■ Um megacontrato social em nível planetário baseado na cooperação entre os Estados-nações membros da ONU, subordinado a dois objetivos. Por um lado, assegurar a longo prazo oportunidades de trabalho decente para todos os tripulantes da nave espacial Terra, de maneira a reduzir as profundas disparidades sociais e econômicas prevaletentes no mundo de hoje. Por outro lado, legar às gerações futuras um planeta habitável do ponto de vista ambiental. Lembrando que somos hoje 7 bilhões e chegaremos em meados do século a 9 bilhões, com a perspectiva da estabilização subsequente da população mundial entre 9 bilhões e 10 bilhões.

Aos malthusianos e aos pessimistas em geral, direi – parafraseando o presidente Barack Obama – “Sim, podemos”, ainda temos tempo hábil de efetuar as mudanças de política indispensáveis para colocar a nave espacial Terra na trajetória de um desenvolvimento socialmente incluyente e ambientalmente sustentável a longo prazo.

Para avançar nessa direção, devemos, no entanto, reaprender a planejar. Tanto mais que, sob o aspecto técnico, o ábaco –



o primeiro instrumento de que dispunham os planejadores – foi substituído por computadores cada vez mais eficientes. O que falta é a superação das experiências negativas de planejamento, frequentemente associadas no passado com o poder autoritário. As condições estão dadas para que o planejamento futuro passe a ser exercido em base a um diálogo democrático entre todos os atores do processo de desenvolvimento. Isto em todos os níveis, dentro de cada país; entre grupos de nações e na esfera planetária, cabendo à ONU a difícil porém indispensável tarefa de coordenar o conjunto dos planos nacionais e regionais de maneira a evitar choques e contradições e promover sinergias positivas entre eles.

Para tanto, as Nações Unidas poderiam contar com duas ferramentas essenciais:

■ Um grande fundo de desenvolvimento incluyente e sustentável com a seguinte composição: 0,7% a 1% do PIB dos países desenvolvidos; uma parcela de recursos arrecadados pela Taxa Tobin a ser instituída sobre as especulações financeiras; um imposto a ser cobrado sobre as emissões de carbono, com a dupla finalidade de atuar no sentido de reduzir essas emissões e gerar recursos públicos para o financiamento do desenvolvimento; por fim, pedágios sobre oceanos e ares, justificados


pela utilização desses bens comuns da humanidade, com a possibilidade de isentar parcial ou totalmente os navios e as aeronaves efetivamente pertencentes aos países menos desenvolvidos;

■ Redes de cooperação científica e técnica organizadas a partir da geografia de biomas, de maneira a dispor de programas transcontinentais sobre o aproveitamento dos recursos renováveis das florestas tropicais da América Latina, da África e da Ásia, dos cerrados e das savanas etc.

Um tema central é o da energia. As energias fósseis estão se esgotando. Mesmo se este não fosse o caso, deveríamos estar pensando na redução da nossa dependência com relação a elas, para evitar as emissões excessivas de gases de efeito estufa responsáveis pelo aquecimento global portador de catástrofes climáticas com consequências deletérias para as condições de vida humana neste planeta.

O **Pacto de Fausto** – a expansão da produção da energia nuclear – tampouco constitui uma opção segura. Por pequena que seja a probabilidade de um acidente numa usina nuclear, os precedentes de Chernobyl e Fukushima aí estão para nos alertar sobre a gravidade de uma tal ocorrência, sem falar do perigo que representam as armas atômicas.

O futuro está, portanto, em políticas energéticas baseadas em uma maior sobriedade no consumo, busca de eficiência e ênfase sobre todo o elenco das energias renováveis: a energia hidráulica, a solar, a eólica, a maremotriz, sem esquecer os diferentes tipos de bioenergia.

A segurança energética deve andar de mãos dadas com a segurança alimentar, o que nos remete por sua vez aos potenciais das revoluções verde e azul e à questão fundamental de reformas agrárias que não perdeu a sua atualidade no mundo contemporâneo. 

Segundo uma lenda alemã, Fausto teria pactuado com o Diabo a troca de sua alma pelo conhecimento de todas as possibilidades da experiência humana

* ECOSOCIOECONOMISTA DA ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES

(Ex-) sacoleiros

O banimento das sacolas plásticas descartáveis dos supermercados paulistas provoca reações divergentes entre os consumidores e escancara a tensão entre a cultura consumista adquirida e as transformações necessárias

POR FÁBIO RODRIGUES ARTE DORA DIAS

Em 25 de janeiro passado, uma porção de consumidores tomou um susto na hora de passar suas compras pelos caixas dos quase 16 mil supermercados paulistas. As **sacolinhas plásticas** que – durante décadas – eram distribuídas à vontade tinham desaparecido! Pela primeira vez na vida, um sem-número de pessoas teve de pagar pelas sacolas que usaria ou se virar do jeito que dava. Foi um pandemônio.

O presidente da Associação Paulista de Supermercados (Apas), João Carlos Galassi, conta que a entidade precisou de cinco anos até amadurecer a decisão de lançar a campanha “Vamos Tirar o Planeta do Sufoco” – acordo com governo do estado que quer botar fim na farras das sacolinhas. Segundo ele, reduzir o impacto ambiental tornou-se uma meta estratégica para o segmento. “A questão ambiental é a pauta do século”, pontua em entrevista a PÁGINA22. Ele afirma que a sustentabilidade está deixando de ser algo conceitual para entrar no campo das ações práticas. (*entrevista completa à pág. 40*)

Muita gente não gostou da novidade. Os consumidores acharam a mudança repentina e se sentiram lesados ao ter de comprar algo que, no fim das contas, nunca foi gratuito de fato. Só que, como cada sacola custa irrisórios 3 centavos, ninguém se importava com essa conta. Como as versões reutilizáveis são bem mais caras, a impressão é de que os supermercados querem ganhar dos dois lados.

Ao escancarar o preço das sacolas para o consumidor, o banimento já tem o mérito de atacar um problema ambiental clássico:

o das externalidades ocultas. Explicada de forma grosseira, uma externalidade é um custo – ou benefício – que não está incluído no preço dos produtos. No caso das sacolas de plástico convencionais, os críticos dizem que seu custo só é tão baixo porque os fabricantes não precisam arcar com as despesas geradas pelo recolhimento e destinação adequados do produto. Essa parte da conta é silenciosamente transferida para o sistema público de gestão de resíduos sólidos ou, mais claramente, para o contribuinte.

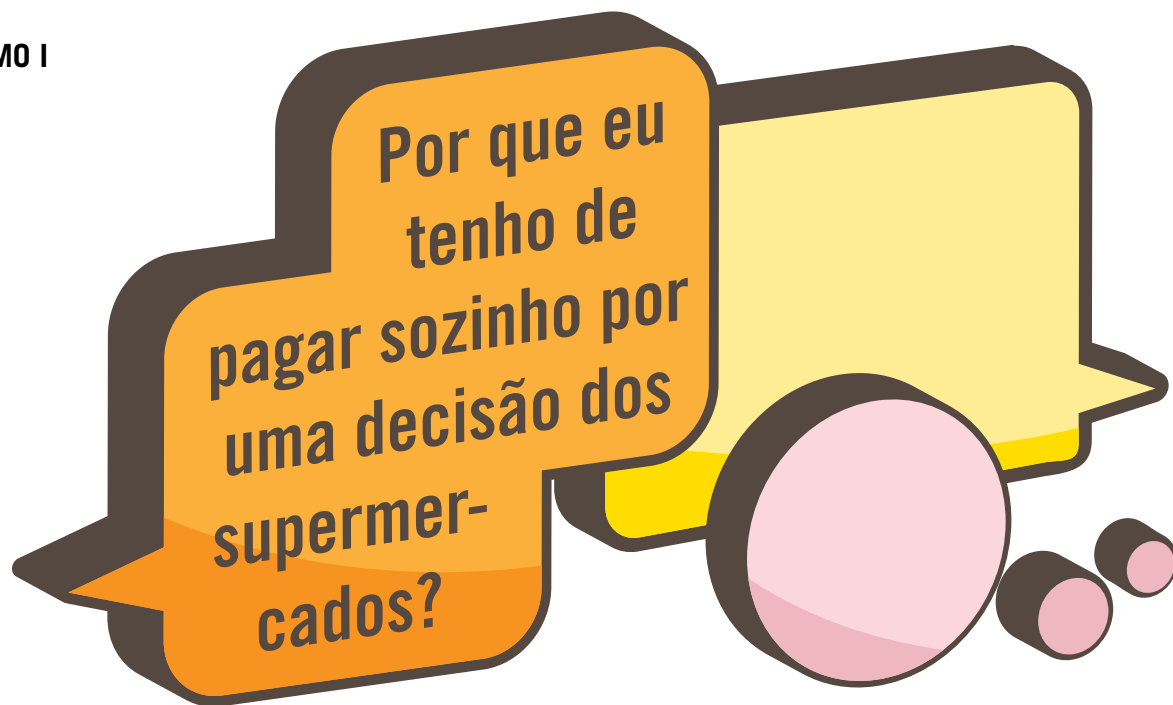
Essa não é a primeira vez que o público reage mal ao ter de sacrificar algo – ainda que mínimo – em benefício do meio ambiente. O ativista e político Fabio Feldmann pagou caro por seu envolvimento com a primeira versão do rodízio de automóveis implantado na região metropolitana de São Paulo em 1995.

Na sua interpretação, a impopularidade da medida pesou nas consecutivas derrotas eleitorais que sofreu desde então. Quase 17 anos depois, ele ainda é cobrado. “Em toda palestra que dou, tem sempre alguém que faz um comentário sobre o rodízio. Geralmente negativo”, diz, resignado.

“AMBIENTALIZAÇÃO DO CONSUMO”

A socióloga e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Fátima Portilho não se surpreende que

■ Sacolas de polietileno de alta densidade dadas pelos varejistas aos clientes. Embora os fabricantes não gostem de ressaltar esse ponto, elas são fabricadas e distribuídas sob a premissa de serem usadas uma só vez. Mas podem ser reutilizadas e seu aproveitamento para embalar o lixo doméstico tornou-se corriqueiro



o consumidor reaja mal ao dar de cara com restrições. “A gente pensa o consumo como um espaço de liberdade. Mudar práticas de consumo muito enraizadas é mais difícil do que as campanhas ambientais imaginam. Essas não são mudanças pequenas”, opina.

Sob esse aspecto, Fátima crê que a restrição às sacolas tem um aspecto simbólico mais importante do que os impactos do banimento em si mesmo. “É como se a gente estivesse construindo uma cultura de restrição para contrabalançar a cultura de consumo. Claro que o consumo sempre teve a restrição econômica – se você não tem dinheiro, não pode consumir. Mas agora também temos uma restrição de ordem ética segundo a qual não é mais legal comprar produtos feitos com mão de obra infantil ou que degradem o meio ambiente”, analisa, definindo esse processo como a “ambientalização do consumo e da vida cotidiana”.

É como pensa a também socióloga e coordenadora-executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Lisa Gunn. Para ela, o banimento é um balão de ensaio muito bom para entender os desafios de uma mudança radical de hábitos de consumo. Ela só lamenta que o processo não tenha sido mais bem trabalhado do ponto de vista da educação ambiental. “Faltou um processo mais

■ A ACV é um método para determinar os impactos ambientais de um produto. Em outras palavras, é um levantamento do consumo de matérias e de energia e dos fluxos de emissões e efluentes gerados na fabricação, uso e descarte com o objetivo de determinar sua performance ambiental

efetivo de sensibilização dos consumidores para os problemas do uso perdulário das sacolas”, resume.

Apesar das reclamações, a Apas assegura que a reação foi inesperadamente positiva. Uma pesquisa do Datafolha nos dias seguintes ao banimento indicou que 57% dos paulistanos aprovavam a ação. Mesmo assim, no dia 3 de fevereiro, o Ministério Público de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) acabaram entrando na jogada e firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Apas que obriga os supermercados a darem um

passo atrás e garantirem aos compradores uma opção gratuita para carregar suas compras para casa por mais 60 dias. Isso adia o fim das sacolinhas até abril, mas, depois disso, acabou de vez.

Segundo o chefe de gabinete da Fundação Procon de São Paulo, Carlos Coscarelli, o banimento não fere os direitos do consumidor, mas um hábito arraigado não pode ser rompido de forma brusca sem prejuízo. “Em momento algum dissemos que a sacola gratuita é um direito, ela é uma comodidade que foi incorporada à cultura. As questões de usos e costumes precisam ser respeitadas”, comenta.

DEMONIZADAS

Compreensivelmente, os fabricantes de sacolas não ficaram nada satisfeitos de ver seu produto contra as cordas do ringue e partiram para o contra-ataque, com o Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos (Plastivida) e seu presidente, Miguel Bahiense, na linha de frente. Para ele, as sacolas estão sendo demonizadas. “Como é que eles querem me convencer que a melhor forma de salvar o planeta é abolir as sacolas plásticas sem me apresentar um estudo científico?”, questiona.

É um ponto válido. No ano passado, a Agência Ambiental do governo britânico publicou uma **Análise de Ciclo de Vida** das opções mais populares nos supermercados do Reino Unido no qual a versão convencional de polietileno não teve uma performance ambiental assim tão má (*acesse a íntegra, em inglês, em goo.gl/VL0PR*). “Na conclusão geral, esse estudo mostra que as sacolas de polietileno convencionais têm impactos mais baixos em 8 de 9 categorias”, diz Bahiense. (*mais sobre ACV à pág. 46*)

Ocorre que o mesmíssimo estudo também calcula quantos reúsos uma sacola reutilizável precisaria para virar o jogo. As de polietileno de baixa densidade, por exemplo, exigem de 3 a 10 reúsos (*mais em quadro na versão digital desta reportagem*). Considerando que o propósito de uma sacola reutilizável é – ora bolas – ser reutilizada, não parece assim tão complicado fechar essa conta.

A restrição é um bom balão de ensaio para entender os desafios da mudança nos hábitos de consumo

VARIÁVEL CIENTÍFICA

Ao ser questionado sobre esse ponto, Bahiense diz que isso exige um grau de disciplina que o consumidor não tem. “Se você usar várias vezes as sacolas reutilizáveis, elas começam a compensar, mas, para igualar-se às convencionais, uma sacola de polipropileno (*reutilizável*) precisa ser usada 26 vezes. Isso dá 13 meses para um consumidor que vá, em média, duas vezes ao mês ao supermercado, mas, como ele esquece em casa, acaba comprando outras e nunca chega ao número necessário”, opina.

O estudo britânico tem outra particularidade interessante. Nos anexos, os autores responsáveis pela pesquisa fazem um sumário de outros quatro estudos semelhantes. “Em geral, esses estudos de ACV descobriram que sacolas reutilizáveis têm impacto ambiental menor quando comparado ao das sacolas de uso único”, escreveram, em aparente desacordo com suas próprias conclusões.

Isso não significa má-fé ou incompetência dos pesquisadores. A coordenadora do programa Consumo Sustentável do GVces, Luciana Stocco Betiol, ressalta que esse ainda é um campo muito recente. “A metodologia usada nas ACV é complexa e tem limites. Todas as ferramentas usadas hoje foram construídas com um olhar, algumas analisam o consumo de água, outras a emissão de gases de efeito estufa ou o tempo que o produto demora para degradar-se. Ainda não existe uma ferramenta perfeita que consiga medir múltiplos fatores”, explica.

Ainda que não exista uma verdade científica inequívoca, a decisão da Apas não foi tomada no vácuo. Nos últimos tempos as sacolas andam tão malvistas que chegaram a ser proibidas em vários cantos do globo com graus variáveis de sucesso (*mais à página 25*). Ainda não é o caso do Brasil. Mas, em meados de 2009, o Ministério do Meio Ambiente lançou a campanha “Saco é um Saco”, com o objetivo de incentivar a redução no consumo de sacolas. Há quem dê como certo que, cedo ou tarde, a **Política Nacional dos Resíduos Sólidos** estabelecerá algum tipo de restrição nesse sentido e suspeite que a motivação da Apas esteja temperada com uma boa dose de oportunismo. (*mais sobre PNRS à pág. 36*)

A opinião é de Ana Domingues. Ela é a criadora da Fundação Verde (Funverde), entidade de Maringá que milita para a redução do uso de sacolas plásticas desde 2004. “A lei dos resíduos sólidos transforma o poluidor em poluidor-pagador e estabelece a responsabilidade solidária. Eles sabiam que ia chegar a hora em que teriam que dar um jeito e resolveram antecipar isso para usar como marketing verde. Acho isso ótimo! Não me importo nem um pouco que eles estejam agindo por interesse próprio”, comenta, esbanjando pragmatismo.

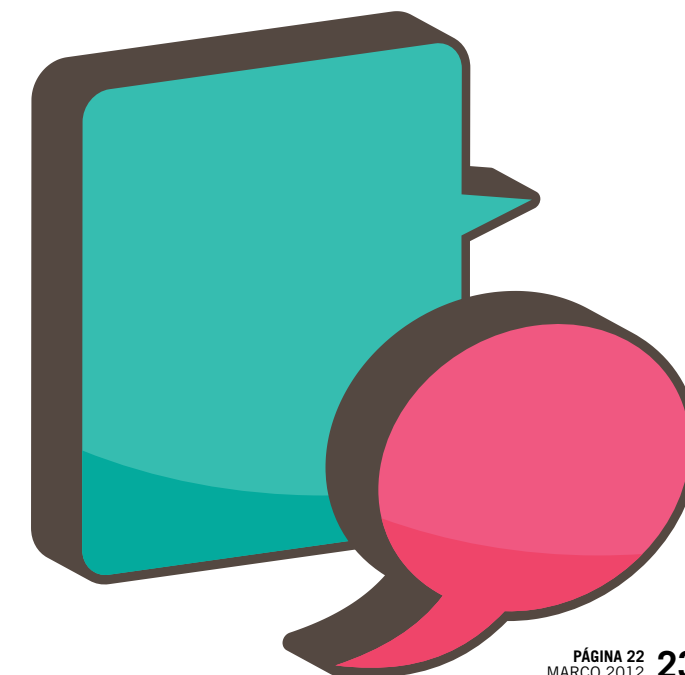
MONTANHA DE PLÁSTICO

Sob sua singela banalidade, as sacolas plásticas acabaram virando um monstro. Tudo por causa de seus números. Segundo a Plastivida, no ano passado o Brasil consumiu 12,9 bilhões de sacolas – o que dá 67 para cada brasileiro. Já foi pior. Em 2008, o consumo foi de 17,9 bilhões de unidades.

Para dar uma dimensão mais clara do problema, a equipe do Instituto Akatu calculou o que aconteceria se todas essas sacolas fossem colocadas uma sobre as outras: a pilha chegaria a absurdos 750 quilômetros de altura. Tão alto que satélites poderiam literalmente se chocar contra esse pilar – o Hubble, por exemplo, orbita a uma altitude de 590 quilômetros.

É tanta sacola que até quem lucra com elas admite que há exauro no uso. Em 2008, a Plastivida criou o Programa de Qualidade e Consumo Responsável de Sacolas Plásticas, que incentivou a produção de sacolas mais resistentes – para reduzir os casos em que o consumidor coloca uma sacola dentro da outra para carregar itens mais pesados – e treinou multiplicadores nos supermercados para orientar sobre o consumo racional do produto. “Em quatro anos de programa houve uma redução de 5 bilhões de sacolas”, comemora o presidente da entidade, Miguel Bahiense.

■ Instituída pela Lei nº 12.305, de 2010, estabelece entre seus objetivos: “Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”



"Há medidas antipopulares que se legitimam no processo", diz Feldmann, que propôs o rodízio de automóveis

■ A cidadezinha de 44 mil habitantes do Oeste catarinense banuiu a distribuição de sacolas descartáveis em abril de 2009, tomando-se uma das pioneiras na adoção desse tipo de iniciativa no Brasil. Um ano depois, o consumo caiu de 12 milhões para 80 mil de unidades

■ Acúmulo de detritos sólidos que as correntes do Oceano Pacífico juntaram em uma área próxima à Califórnia e ao Havai. Estima-se que a mancha tenha o tamanho de Minas Gerais e seja composta de 3,5 milhões de toneladas de lixo. Sua descoberta, em 1997, popularizou a noção de que o consumo de plásticos se tornou excessivo

e recuperação de cursos d'água. Foi de tanto ter de voltar a limpar os mesmos rios que Ana decidiu passar a combater o consumo de

Para a Apas isso não é o bastante. Galassi avalia que os resultados dos programas de redução da Plastivida foram tímidos perto dos obtidos em cidades que haviam optado pelo banimento, como **Xanxerê (SC)**. "Nós tivemos de dizer que esse não era o caminho. Não adianta nada a gente incentivar a cultura do descarte", afirma. O banimento no estado de São Paulo deve tirar de circulação cerca de 7 bilhões de sacolas por ano.

LIXO

No fundo, o maior dilema é que fim dar às sacolinhas depois do uso. Não é nada raro vê-las parar onde não devem e causando todo tipo de problema. O chamado **Grande Lixão do Pacífico** é o exemplo mais proeminente em nível global. Mas existem vários outros. Originalmente, a Funverde, de Ana Domingues, se dedicava à limpeza

sacolas plásticas. "Noventa por cento do lixo que tirávamos dos rios era sacola plástica e garrafa PET, a gente limpava em um dia, aí vinha uma chuva e o lixo voltava todo", diz.

É uma ideia que não deixa de ir ao encontro do que pensa a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). "Temos um princípio aqui na Abrelpe de que as cidades mais limpas não são as que mais se limpam, mas as que menos se sujam", explica o diretor-executivo da organização Carlos Silva Filho.

O diretor da Abrelpe ressalta ainda que é bem possível que venhamos a sentir falta das sacolinhas. "Historicamente, as sacolas têm sido utilizadas para acondicionar os resíduos. A partir do momento em que há o banimento, a população fica órfã de uma alternativa", comenta, acrescentando que algumas das empresas filiadas à associação já vêm encontrando dificuldades. Um estudo encomendado pela Plastivida ao Datafolha aponta que 88% dos brasileiros reusa as sacolas principalmente para embalar seu lixo doméstico.

"Ainda não tem nenhum estudo que mostre o comportamento do consumidor, mas acho que teremos um uso mais comedido dos sacos de lixo. Quem antes descartava o lixo com 'dois cotonetes' dentro agora vai esperar que encha mais antes de se desfazer dele", diz Luciana Betiol.

Fabio Feldmann vê similaridades entre o momento que estamos passando e o cenário da Tragédia dos Comuns. Descrita pelo ecologista Garrett Hardin num artigo publicado em 1968, a Tragédia dos Comuns explica como um conjunto de indivíduos agindo de forma racional e autointeressada tende a cair em uma armadilha que o leva a esgotar reservas de recursos compartilhados dos quais seu próprio bem-estar depende.

Poucos anos antes, em 1965, no livro *A Lógica da Ação Coletiva*, o economista e cientista social Mancur Olson escreveu que, "em um grande grupo no qual nenhuma contribuição individual faça uma diferença perceptível para o grupo como um todo, é certo que o benefício coletivo não será provido, a menos que haja coerção ou alguma indução externa que leve os membros do grande grupo a agirem em prol de seus interesses comuns". Qualquer semelhança com a forma *top down* do rodízio ou do banimento das sacolinhas não terá sido mera coincidência.

Feldmann acredita que qualquer problema que o banimento possa provocar seria apenas temporário. No fim das contas, a população acaba se adaptando às restrições. Foi o que aconteceu com o rodízio que é, convenhamos, bem mais restritivo. Em 2007, os paulistanos começaram a reclamar do aumento do trânsito quando o rodízio era suspenso no período de férias escolares. "Tem medidas que são antipopulares, mas legitimam-se no processo", comemora.

Por que a indústria continua fazendo produtos com excesso de embalagens?

[COLUNA]

Dura de **matar** Coibida por bem ou por mal, a sacolinha plástica dá mostras de resistência em vários cantos do mundo **POR REGINA SCHARF***

Dezenas de governos locais ou nacionais, do Congo à Itália, tentaram coibir o uso de sacolas plásticas por bem ou por mal. Eles tentaram educar o consumidor, propuseram acordos de cavalheiros ao empresariado, impuseram taxas ou simplesmente proibiram que as sacolinhas fossem distribuídas no comércio. Mas quase sempre estas encontram um jeito de sobreviver ao embate.

Vejam o exemplo das Ilhas Britânicas. O consumo de sacolas plásticas *per capita* da Inglaterra é quatro vezes superior ao da Irlanda, e a disparidade não para de crescer. A principal explicação é que os dois países adotaram estratégias totalmente diferentes de coibição. Os ingleses optaram pelo estabelecimento de um compromisso voluntário em que os varejistas prometiam reduzir o número de sacolas distribuídas. Ficaram na promessa.

Já os irlandeses tiveram a ideia pioneira de cobrar 15 centavos de euro dos consumidores que quisessem usar uma sacola no comércio, a partir de 2002. Os recursos recolhidos vão para um fundo que visa minimizar a geração de resíduos. A nova taxa teve grande apoio da mídia, que reforçou a sua importância ambiental. Em resposta, o comércio substituiu sacolas de plástico pelas de papel e promoveu campanhas para que seus clientes trouxessem suas próprias bolsas.

Os resultados foram imediatos, baixando o consumo anual de sacolas plásticas de 328 para 21 *per capita*, uma redução de mais de 90%. Em consequência, a participação das sacolas plásticas no lixo descartado nas ruas da Irlanda caiu de 5% para apenas 0,5% do total.

No entanto, os consumidores foram retornando a seus velhos hábitos e o consumo de sacolas subiu a 31 *per capita* (ainda bem longe dos 328 de 2002, mas quase 50% a mais do verificado no início da taxação). Atento, o governo irlandês decidiu elevar a taxa para 22 centavos em 2007 – e o consumo voltou a cair aos valores dos primeiros dias do novo imposto.



Soluções mais radicais não tiveram, necessariamente, melhores resultados. É o que se vê na China, que consumia exorbitantes 3 bilhões de sacolas diárias em 2008. Na época, o governo decidiu banir as sacolas ultrafinas, com menos de 0,025 milímetros de espessura, usadas para embrulhar peixe e outros alimentos. Também proibiu a distribuição gratuita de outros tipos de sacolas em lojas, supermercados e feiras livres.

Fontes oficiais e da indústria de embalagens divergem quanto ao sucesso da iniciativa. Enquanto o governo estima que o consumo anual teria sido reduzido em 24 bilhões de sacolas, a Associação de Produtores de Embalagens fala em uma queda de 100 bilhões – em ambos os casos, uma redução inferior a 10% do consumo de 2008.

Entre as possíveis explicações para os resultados anêmicos está o florescimento do mercado negro de sacolas ultrafinas e o fato de que a maioria dos consumidores prefere comprar sacolas a cada vez que visita o comércio. "Nossas lojas utilizaram cerca de 9 milhões de sacolas plásticas em 2009, 100% a mais do que em 2008, quando a proibição começou", declarou, ao jornal *China Daily*, Zhao Meng, do departamento de operações da cadeia de supermercados Chaoshifa, que tem mais de 70 lojas em Pequim. Em 2010 os números se mantiveram quase inalterados. "Um

número grande de consumidores decide comprar sacolas plásticas porque elas são convenientes e apenas alguns idosos e donas de casa lembram de trazer bolsas de casa."

Como visto no caso da Inglaterra, estratégias mais suaves e voluntárias também não são garantia de sucesso. Durante mais de uma década, a prefeitura de San Francisco, nos EUA, pedia que os consumidores devolvessem as sacolas aos grandes supermercados e farmácias, que ficavam obrigados a enviá-las para reciclagem. Os resultados foram medíocres.

"Essa estratégia nunca funcionou", declarou em 2007 Mark Westlund, porta-voz do Departamento de Meio Ambiente da cidade, à revista *Salon*. Ele calculava que apenas 1% das sacolas eram efetivamente devolvidas às lojas e que as pessoas que estariam inclinadas a fazer o esforço de devolvê-las ao comércio eram as mesmas que davam preferência às bolsas de pano.

Diante das circunstâncias, San Francisco teve de engrossar a voz. Naquele mesmo ano, tornou-se a primeira cidade dos Estados Unidos a proibir a distribuição das sacolas em supermercados. E, desde fevereiro, a proibição foi estendida a todo o comércio, inclusive restaurantes. Este não é o último capítulo de uma briga em que as sacolas sempre acabam se safando.

* JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE



What's next?

O que deve vir depois da restrição à sacolinha plástica? Cada vez mais questionam-se outros tipos de excesso, como o das embalagens dos produtos que compramos **POR BRUNA BORGES FOTOS LUCAS CRUZ**

A restrição ao uso de sacolinhas descartáveis derivadas de petróleo aos poucos se consolida em São Paulo. Mas a medida só reduz impactos de parte do excesso de resíduo que produzimos todos os dias. E quanto às muitas embalagens que compramos e levamos para casa? Será que precisamos da embalagem da pilha ou a do equipamento eletrônico, da caixa de leite, se elas serão descartadas em seguida? Em alguns supermercados até mesmo existe uma caixa para que as pessoas, antes de sair do estabelecimento, joguem fora as embalagens que não serão usadas. Então, qual a necessidade dessa embalagem? Não seria exagero dos fabricantes? A resposta é: depende de cada produto.

Certos artigos que compramos de fato pecam pelo excesso de material. Um exemplo são algumas marcas de sabão em pó, achocolatados e cereais matinais que usam embalagem maior que o volume do produto, deixando um espaço vazio na parte superior. Não seria mais vantajoso para o fabricante reduzir esse material utilizado e, também, parte dos custos?

Outro exemplo de excesso é o uso desenfreado de bandejas de isopor para proteger os alimentos. O problema é que sua reciclagem no país não tem grande interesse econômico, o que gera resíduo sem destino adequado. Alega-se a falta de alternativas viáveis para os supermercadistas substituírem o material que garantiria a proteção apropriada para os alimentos.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, há pesquisas em desenvolvimento e algumas empresas estão produzindo recipientes derivados de amido de milho, de mandioca e de batata – os bioplásticos – que poderiam substituir as bandejas de isopor. O desafio é fazer com que esses produtos ganhem escala, porque ainda precisam de aprimoramento e a tecnologia é cara.

Há ainda outro caso de aparente excesso, mas os fabricantes alegam ser necessário – os salgadinhos industrializados. A batata frita, por exemplo, é acondicionada em uma embalagem grande para proteger-se de possíveis impactos no transporte. Sem o ar dis-

ponível dentro do saco, as batatas poderiam se despedaçar antes de chegar ao seu destino final. “Nesse caso, o consumidor não estaria disposto a comprar um produto danificado”, explica Elisa Quartim, designer e editora do blog Embalagem Sustentável.

É também o que ocorre com a pasta de dentes, que tem duas embalagens – uma bisnaga e uma caixa de papel. Os fabricantes justificam que a caixa existe porque a bisnaga sozinha não se mantém em pé e, portanto, de forma atrativa no ponto de venda. Serve também para evitar que seu peso acumulado danifique o produto. Mas o desafio é justamente buscar inovações de modo a manter a atratividade e a segurança do produto com o menor impacto possível.

Para a feitura de uma embalagem é necessário uma análise técnica do produto e das condições de transporte, além da garantia de que suas especificações estejam indicadas de forma clara, o que demanda espaço externo. “A melhor embalagem vai depender muito do público que se quer atingir e do produto que se está fabricando. Alguns realmente têm de ser bem acomodados para não estragar, não chegar quebrados em decorrência de uma eventual queda, e outros ainda precisam ser mais chamativos, o que acaba exigindo mais embalagem”, explica Mara Dantas, pesquisadora do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

Ainda há excessos, mas já é possível identificar iniciativas menos impactantes.

INOVAÇÕES

A indústria já desenvolveu garrafas PET mais finas, que, além de economizar na matéria-prima, são mais facilmente amassadas após o uso, o que aumenta a quantidade de produto transportado e reduz a necessidade de mais caminhões até um ponto de reciclagem. A Coca-Cola, por exemplo, lançou em dezembro de 2011 uma garrafa de espessura menor e tampa de altura reduzida em relação ao padrão. Mas nem sempre modificações assim são aceitas por quem compra o produto. Segundo Elisa, do Embalagem Sustentável, o consumidor mostrou-se insatisfeito com as primeiras unidades por



acreditar que elas fossem mais frágeis. Para uma mudança como essa funcionar, é preciso, portanto, que o fabricante esclareça os benefícios da medida adotada.

Também foram lançados produtos de material concentrado, como os de limpeza doméstica. No modelo anterior, o produto vinha diluído e exigia uma embalagem maior. “É um avanço. Não precisamos pagar e levar água para casa”, diz Elisa.

Outra opção é incentivar e ampliar o uso de refil, ainda pouco difundido no Brasil. “O consumidor já entende bem a importância de escolher produtos mais sustentáveis. Mas a questão é que muitas vezes essa prática não é comunicada de forma fácil e ele acaba comprando

o que está acostumado a utilizar”, comenta Gui Brammer, CEO da Green Business Brasil, que presta consultoria em negócios sustentáveis. Ele propõe que a sociedade pressione os fabricantes a investir no modelo e também recomenda que a indústria evite ao máximo a mistura de materiais na mesma embalagem para não dificultar a reciclagem.

Mas, para incentivar iniciativas como essas, é preciso que os fabricantes sejam convencidos de uma possível vantagem econômica, ressalta a diretora da Abre, a Associação Brasileira de Embalagens, Luciana Pellegrino. Se uma embalagem encarece o produto, muito embora seja menos impactante, ela pode ser preterida. A diretora aponta para a necessidade de haver preocupação com o material

“O consumidor não aprende”, afirmam especialistas em Psicologia Econômica

Não é raro a indústria responsabilizar o indivíduo pelas decisões tomadas no consumo. Mas, como já mostrou reportagem na edição 31 de PÁGINA22, ironicamente intitulada “O todo-poderoso”, a capacidade de escolha individual do consumidor influencia muito pouco no largo espectro, forjado – aí sim – por políticas públicas e decisões de escala industrial.

A conscientização, a educação e o empoderamento do indivíduo podem surtir efeitos a longo prazo em uma determinada parcela da população. Mas uma linha de pesquisadores no campo da Psicologia Econômica e da Economia Comportamental defende que, independente disso, o consumidor precisa de ajuda. Mais direto ao ponto: “O consumidor não aprende. Ou dificilmente aprende”, afirma Vera Rita de Mello Ferreira, professora da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e autora dos livros *A Cabeça do Investidor* e *Psicologia Econômica*.

Ainda que queira tomar a decisão melhor para si ou para a sociedade, o indivíduo perde-se no caminho, porque não tem as oportunidades de que precisa, ou *feedback*, ou o encorajamento necessário para fazer escolhas intertemporais – como abrir mão de uma facilidade individual no presente em troca de um benefício futuro para a coletividade (exemplo: deixar o conforto do uso da sacolinha plástica). Tende a agir por inércia e não gosta de tomar decisões.

Assim, o indivíduo não pode ser deixado ao léu, precisa de um empurrão que o leve a escolher aquilo que, no fundo, sabe que é o melhor. Isso, que Vera chama de “arquitetura da escolha”, é denominado *nudge*, ou empurrão, ainda pouco praticado no Brasil. Um exemplo bem singelo de *nudge*, no campo econômico, é o investidor combinar com o banco o depósito automático de uma parcela do salário em uma conta de poupança separada. Assim, reduz as chances de gastar o que não queria e sempre adiar o investimento, arrependendo-se depois. Leia a entrevista completa com Vera na versão digital desta reportagem. **POR AMÁLIA SAFATLE**

A indústria de plástico alega que os excessos e os desperdícios se dão por parte do comprador

utilizado no refil para que seja reciclável e não gerar mais resíduos. Além disso, a logística dos transportes também precisa ser bem analisada, para promover a otimização da embalagem.

Essa mesma análise deve ser feita antes da opção por embalagens retornáveis. Como para higienização do recipiente há consumo de água, assim como emissão de gás carbônico para o transporte entre consumidor e fabricante, é necessário checar se o impacto não seria maior.

“É importante levar em conta que nenhuma solução é totalmente sustentável. Cada decisão sobre escolha de embalagem deve ser analisada segundo seu efeito no meio ambiente”, argumenta Luciana, da Abre.

Mas há quem veja nessas ações oportunidades de agregar valor ao produto. “Essas iniciativas promovem uma ‘competição do bem’ entre os fabricantes”, defende Fernanda Daltro, gerente de Consumo Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Além de gastar menos com matéria-prima, o produto ganha entre os consumidores conscientes. “Se o fabricante não se adapta a essa mudança, seu produto fica menos competitivo”, completa.

O QUE DIZEM OS FABRICANTES

A reportagem procurou associações de empresários do setor para questionar sobre os excessos de embalagem. A Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis (Abief) informou, por e-mail, que promove o consumo consciente e apontou que os excessos se dão por parte do consumidor. “Acreditamos que exista desperdício em alguns usos: quando se coloca um (*único*) tubo de creme dental em uma (*única*) sacola de supermercado, em vez de usarmos toda a sua capacidade de carga. Ou quando os varejistas exigiam sacolas mais finas da indústria e o consumidor tinha a necessidade de usar mais de uma sacola. A economia de material deve ser feita sempre levando-se em conta o produto a que se destina e observando-se as propriedades características do uso final”, afirma o presidente da entidade, Alfredo Schmitt.

Já Miguel Bahiense, presidente do Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos (Plastvida), afirma que a questão dos excessos de embalagem não se relaciona com a restrição às sacolinhas e também responsabilizou o consumidor como o agente para reduzir o desperdício. “São coisas completamente diferentes. Se reduzir o material saco de arroz, o saco vai rasgar. Não adianta querer reduzir a embalagem de arroz sem reduzir o consumo de arroz. O que precisa é reduzir o consumo”, diz.

Procurada, a Associação Brasileira de Supermercados não concedeu entrevista a PÁGINA22, até o fechamento desta edição.

UM EMPURRÃO NA CONSCIÊNCIA

A restrição às sacolas nos supermercados foi uma medida de grande impacto na sociedade. Forçou o debate entre defensores e in-

satisfeitos em razão da determinação e levantou a necessidade da ampliação da educação ambiental e de campanhas de conscientização.

“Temos que formar cidadãos conscientes, críticos, capazes de pensar a longo prazo. Nosso sistema de ensino é **conteudista** e centrado em resultados. O ensino do meio ambiente passou a ser legalmente integrado no currículo do Ensino Fundamental a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1996. Temos pouquíssimo tempo da inserção deste tema na educação da população brasileira”, explica a educadora e especialista em desenvolvimento sustentável Ana Paula Arbache.

Enquanto especialistas como Ana Paula defendem que o melhor caminho é conscientizar, outros acreditam que a educação não basta e o consumidor, de forma geral, ainda que queira, é incapaz de tomar sozinho a melhor decisão – seja para seu benefício, seja para o bem da sociedade. Ao contrário do que faz crer parte da indústria que transfere a responsabilidade para o consumidor, este não sabe escolher sozinho: precisa de empurrões e deve ser induzido. É o que se chama de “*nudge*” (*mais em quadro na página ao lado*). [v](#)

Enseio voltado para apenas informar o conteúdo, sem promover o debate ou a análise

LEIA A ENTREVISTA COM VERA RITA DE MELLO FERREIRA, SOBRE *NUDGE* E PSICOLOGIA ECONÔMICA, NA VERSÃO DIGITAL DA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22



A embalagem perfeita

FOTOS LUCAS CRUZ TEXTO AMÁLIA SAFATLE

Imitação da vida, ou biomimética, é também se amparar em soluções já esculpidas ao longo de bilhões de ano pela natureza. Em nenhuma outra situação haveria tanta experiência acumulada em tentativas, erros, evoluções, seleção, aperfeiçoamento. O *design* na mais avançada forma. Que embalagem envolveria o fruto de modo a preservá-lo enquanto se programa para decompor na hora exata? Que o protegeria, enquanto faz dele apetecível? Que acondicionaria a polpa, ao mesmo tempo que oferece a chance do desfrute? Biomimética é o desenho para esta era industrial de desequilíbrios e excessos. Simples assim, basta contemplar e copiar. [zzz](#)



Todos os gomos têm a dimensão exata da disposição dos dentes na boca humana. Poder-se-ia, nesse sentido, considerar as tangerinas como uma espécie de produção menor, especialmente adaptada às crianças, sendo os gomos menores.

A abertura da embalagem é feita de modo simples, não sendo necessárias, portanto, instruções impressas para seu uso.



Cada receptáculo é constituído de uma película plástica, suficiente para conter o suco, mas, por certo, facilmente manipulável.

Um adesivo delicadíssimo une os gomos. Até a cor é exata, estaria errada em azul.

A embalagem, tal como se usa hoje em dia, não é devolvida ao fabricante e pode ser jogada fora.

Trechos de "A laranja", do designer italiano **BRUNO MUNARI**

O ovo revela o acabamento / a toda mão que o acaricia / daquelas coisas torneadas / num trabalho de toda a vida
E que também se encontra noutras / que entretanto mão não fabrica / nos corais, nos seixos

Cujas formas simples são obra / de mil inacabáveis lixas / usadas por mãos escultoras / escondidas na água, na brisa
rolados / e em tantas coisas esculpidas

No entretanto, o ovo, e apesar
da pura forma concluída
não se situa no final:
está no ponto de partida

Poema "O ovo de galinha", de JOÃO CABRAL DE MELO NETO

Peso pesado

Embora não esteja nos holofotes, é o entulho o maior componente do lixo nosso de cada dia. Caberá aos municípios determinar o destino correto dos resíduos da construção civil

POR LEILANE MARINHO FOTOS LUCAS CRUZ

Em tempos em que atitudes simples como separar o lixo residencial e viver sem as sacolinhas plásticas de supermercado tornaram-se pontos centrais na discussão sobre resíduos sólidos, acredite, uma camba de entulho pode soterrar a sua força de vontade em jogar a casca da banana no lixo orgânico.

Embora não esteja nos holofotes, é o entulho o maior componente do lixo nosso de cada dia. O volume de Resíduos da Construção Civil (RCC), gerados nas construções, reparos e demolições, representa de 50% a 70% da massa de resíduos sólidos urbanos, segundo versão preliminar do **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**.

Em algumas cidades, estima-se um valor médio de 0,50 tonelada anual por habitante de RCC. O crescimento da população urbana, que leva à construção de mais casas, constitui-se um desafio a mais para os municípios cumprirem as metas do governo federal, que preveem, por exemplo, a eliminação até 2014 dos chamados “bota-foras” – áreas irregulares de disposição final de RCC –, em todo o

território nacional. Com o fim dos lixões, deverão ser implantados aterros sanitários que receberão apenas rejeitos – aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado.

Mas somente as prefeituras que apresentarem até agosto deste ano o seu Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) receberão recursos da União para instalação dos aterros e a implantação da coleta seletiva. Será o PGIRS de cada município que determinará o caminho para o destino correto dos RCC.

Ousadas ou não, as metas servem de impulso para que o setor da construção civil assuma a responsabilidade que recai ainda mais pesada sob seus ombros: reduzir a quantidade de resíduos de construções e demolições, separar o que pode ser reciclado e reaproveitado e, finalmente, dar um bom destino para os materiais excedentes, livrando as vias públicas, os rios e as encostas de problemas ambientais.

A provocação para que as obras passassem a ter um Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil começou em 2002, quando o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), por meio da Resolução nº 307, colocou cada coisa em seu lugar e determinou

■ O Plano é o principal instrumento da Lei nº 12.305/10, sancionada em agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e definiu diretrizes gerais para a correta disposição dos resíduos

A cada dez andares construídos de um prédio, três são jogados fora, diz o consultor ambiental da Abrecon

que entulho é da responsabilidade daquele que o produziu. [1]

Em vigor desde 2005, a resolução estabeleceu critérios, diretrizes e procedimentos para a gestão desses resíduos, estipulou a segregação para reciclagem e a disposição final adequada. Há dez anos, o primeiro passo foi dado, mas, segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SindusCon), menos de 5% dos 65 milhões de toneladas de resíduos gerados anualmente pelo setor são reaproveitados no Brasil.

O IMPACTO DO “FORMIGUINHA”

Uma das soluções encontradas para atenuar a pressão sobre os recursos naturais e os impactos causados pela grande quantidade de resíduos gerados na construção é a reciclagem do entulho. Iniciada na Europa após a Segunda Guerra Mundial, que teve de reconstruir as cidades utilizando-se dos escombros, esse tipo de procedimento só começou a ganhar corpo no Brasil há cerca de 20 anos. “Em 1989, tivemos a primeira usina de aproveitamento de RCC, mas a mudança no setor começou a acontecer com a resolução do Conama”, explica Levi Torres, consultor ambiental da Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (Abrecon).

Segundo Torres, a cada dez andares construídos de um prédio jogam-se três fora. “Falta mobilização das construtoras para evitar o desperdício e descartar o entulho regularmente. É muito mais barato despejar tudo em um rio do que fazer a coleta seletiva no canteiro de obra, e enviar para uma indústria de reciclagem”, afirma.

[1] Confira em mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30702.html

O representante do Comitê de Meio Ambiente do SindusCon-SP, André Aranha, conta que o setor da construção formal está se preparando para se adequar à PNRS, mas o grande problema vem dos pequenos empreiteiros, responsáveis pela geração de 75% dos RCC. São as reformas domiciliares, o quartinho a mais na casa que fazem a grande diferença no montante, por serem na sua grande maioria despejados em áreas irregulares.

Mesmo não sendo os responsáveis diretos pelos RCC, os municípios coletaram, em 2010, aproximadamente 31 milhões de toneladas desses resíduos, que haviam sido lançados indevidamente em áreas públicas. A Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) estimou que no mesmo ano foram produzidos cerca de 99,357 toneladas por dia de RCC. E esse número pode ser ainda maior.

Uma alternativa para a boa gestão do entulho no caso de grandes demolições e construções é montar no próprio canteiro de obra uma miniusina de reciclagem, onde se podem fazer a moagem e a separação dos resíduos (veja quadro abaixo). Além de economizar no transporte da coleta, o produto reciclado já serve para a obra seguinte. “Se você junta tudo e faz um bom sistema de gestão, agrega valor ao resíduo. Tem-se um gasto inicial, mas a economia é maior que o investimento e, em consequência, você tem um ambiente mais limpo e com menos acidentes de trabalho”, explica Aranha.

Em Curitiba, primeira cidade brasileira a exigir desde 2008 Projeto de Gerenciamento de Resíduos na Construção Civil, a construtora BVZ – Projetos e Empreendimentos aprova as mudanças previstas pela PNRS. “Já fazia parte da nossa política gerar a menor quantidade possível

O caminho das pedras

Os resíduos da construção podem ser classificados em quatro categorias:

Classe A: alvenarias, concreto, argamassas e solos – podem ser reutilizados na forma de agregados;

Classe B: restos de madeira, metal, plástico e papel, papelão, vidros – podem ser reutilizados no próprio canteiro de obra ou encaminhados para reciclagem;

Classe C: resíduos sem tecnologia para reciclagem;

Classe D: resíduos perigosos, tais como tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de obras em clínicas radiológicas, hospitais, instalações industriais etc.

Fonte: Resolução nº 307 – Conama

Ferramenta útil aos gestores

Recém-lançado, o site do Iclei Resíduos (iclei.org.br/residuos) pretende ser uma mão na roda para os administradores elaborarem o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) do seu município. O portal vai contribuir com o programa de capacitação do Projeto GeRes – Gestão Local de Resíduos Sólidos, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Iclei Brasil e apoio da Embaixada Britânica. “O objetivo principal desse projeto é contribuir para a capacitação dos tomadores de decisão e gestores públicos no desenvolvimento de planos municipais, estaduais ou intermunicipais e na sua implementação”, afirma Florence Laloë, secretária-executiva regional interina do Iclei para a América do Sul.

Na primeira fase do projeto, serão lançados dois manuais orientativos: o primeiro sobre como elaborar planos de gestão integrada de resíduos sólidos e, o segundo, sobre as principais tecnologias para tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos. “Na segunda fase, um curso de ensino à distância e treinamentos serão desenvolvidos”, completa Florence.

de resíduos e os custos que tínhamos com o nosso plano de gestão era agregado ao valor da obra, que aumentava de 5% a 6%. Agora as outras construtoras serão forçadas a agir dessa forma, e podemos competir no mercado em pé de igualdade”, conta o engenheiro Edson Vier.

A BVZ possui baias de armazenamento que separa todos os resíduos da construção, inclusive o lixo orgânico da alimentação dos trabalhadores. “Por usarmos elementos pré-fabricados, como as argamassas industrializadas que vêm em blocos e evita desperdícios, nossa geração de resíduo é muito pequena se comparada a uma construção convencional”, completa Vier.

POUCA SAÍDA

Eles podem ser até 30% mais barato, mas a desconfiança do consumidor ainda não permitiu que os produtos oriundos da moagem e britagem dos RCC, chamados de agregados reciclados, ganhasse o mercado. “Muita gente já conhece o produto e sabe o quanto é compensatório, mas a falta de conhecimento técnico é o que mais atrapalha a saída dos reciclados”, explica Pierre Ziade, da ECO-X, usina de reciclagem de RCC que chega a processar 80 toneladas de entulho por hora.

Conforme classificação do Conama, resíduos de blocos de concreto, argamassas, bloquetes, lajotas e pedras podem ser transformados novamente em areia, brita e pedrisco, e seus subprodutos, utilizados na pavimentação de ruas, por exemplo, mas nunca como elemento estrutural da obra. Mesmo com a vasta aplicabilidade, a venda de reciclados ainda é tímida. De acordo com Torres, da Abrecon, é a desconfiança que dificulta a saída do produto. “O engenheiro não confia na areia reciclada e pensa que é areia do mar”, exemplifica.

Apesar do baixo custo, a falta de incentivo fiscal também impede que os agregados reciclados fiquem ainda mais em conta. “Hoje pagamos por um material que viraria lixo, e essa bitributação acaba nos atrapalhando”, finaliza Torres.

FALTA MUITO

Pioneiro no setor público, o Programa de Reciclagem de Entulho da prefeitura de Belo Horizonte existe desde 1993 e hoje a cidade conta com três usinas que movimentam até mil toneladas por dia dos materiais que sobram das grandes construções. Os resíduos reciclados são aplicados em bases de vias públicas, meios-fios e na confecção de blocos para obras da prefeitura.

Embora esta não seja a realidade da grande maioria dos municípios brasileiros, a promessa é de que um dia chegaremos lá. Uma das metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos é incrementar, até 2015, atividades de reutilização e reciclagem dos RCC nos empreendimentos em todo território nacional. Mas, para Nestor Kenji Yoshikawa, pesquisador do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) do Estado de São Paulo, o caminho para a correta implementação do Plano implica necessariamente o desenvolvimento científico e tecnológico, e não é bem isso o que está acontecendo nos confins do País.

“O desenvolvimento técnico científico em relação às metas do Plano está na estaca zero, e o IPT não difere desse panorama. O instituto não tem nenhuma diretriz clara de pesquisas para esse tema, mas, sim, prestação de serviços quanto à elaboração de planos de resíduos”, diz.

O diretor de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Silvano Silvério da Costa, assume que as metas são difíceis, e consola: “É o que a lei dita, e é o que foi aprovado no Congresso. A maior dificuldade dos municípios é a falta de gestão e de sustentabilidade econômica para garantir o serviço”.

Após receber contribuições da sociedade nas audiências públicas regionais, a versão final do Plano Nacional de Resíduos Sólidos deverá ser apresentada ainda no primeiro semestre deste ano, em Brasília. ■■

NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22, SAIBA O QUE SÃO AS CHAMADAS CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

O produto é taxado duas vezes: quando virgem e quando reciclado

Da porta para fora

POR AMÁLIA SAFATLE E FÁBIO RODRIGUES FOTO PEDRO ABREU

Antecipar-se a futuras restrições, associar a imagem à defesa da sociedade, reduzir os riscos de ser acusado por impactos ambientais, fazer um uso estratégico da sustentabilidade. João Carlos Galassi, que preside a Associação Paulista de Supermercados, a Apas, enumera os motivos pelos quais a entidade decidiu encabeçar um acordo com o governo do estado para banir as sacolinhas plásticas descartáveis – ainda que sujeita à impopularidade perante os consumidores.

Galassi admite que, da porta para dentro dos supermercados, o uso das sacolinhas não trazia problema algum: repassava-se o custo ao consumidor, que nem percebia, e pronto. O problema era da porta para fora: as marcas das empresas era vistas entupindo bueiros, boiando nos rios e matando animais. Nesta entrevista, ele conta como esses argumentos foram usados no processo de convencimento dos associados.

Mas a história não acaba aí. Como diz o próprio executivo, os supermercados, que atendem 25 milhões de pessoas diariamente, devem ser usados como alavanca de transformação social. Assim, passam a ser alvo de expectativa em outras ações que vão além das sacolinhas.

O que de fato levou a Apas a firmar o acordo com o governo do estado para restringir o uso das sacolinhas plásticas?

A Apas está envolvida em questões tanto ambientais quanto de saúde pública há um bom tempo. No caso da campanha “Vamos tirar o planeta do sufoco”, a Apas entendeu que a campanha da Prefeitura de São Paulo “Eu não sou de plástico”, que propunha substituir as sacolas descartáveis por reutilizáveis, poderia ser um grande avanço para a sociedade. Fizemos uma feira tratando de sustentabilidade, depois nos engajamos na campanha “Saco é um Saco”, do governo

federal, e, em seguida, lançamos o primeiro projeto-piloto em Jundiaí (SP), para que as pessoas substituíssem as sacolas descartáveis por reutilizáveis. Aquele projeto deu certo: segundo o Ibope, teve 77% de aprovação. Então, trouxemos isso para o secretário do Meio Ambiente, que levou a questão ao governador, e firmamos um acordo para fazer a substituição das sacolas descartáveis por reutilizáveis.

O senhor mencionou o ganho para a sociedade. Mas e o ganho para a Apas?



João Carlos Galassi é presidente da Apas e dono da rede de supermercados Galassi, de Campinas. Administrador de empresas, é pós-graduado em Gestão de Pessoas e Gestão Empresarial pela FGV

A Apas vai se envolver em questões ambientais que são a pauta do século. Para o setor, isso é muito importante.

É estratégico?

É estratégico não só do ponto de vista da Apas, mas das empresas. Temos de trabalhar para que o setor reduza o impacto dos seus negócios no meio ambiente. Por isso lançamos, por exemplo, o *Guia da Loja Verde*, que traz um arcabouço de soluções desde a construção das lojas até o treinamento do pessoal. Ou seja, a

bandeira da sustentabilidade é estratégica no mundo. Deixou de ser conceitual, deixou a fase dos debates e passou a ações práticas.

Foi uma maneira de se antecipar a uma futura lei?

Com certeza isso provoca um avanço, porque a Política Nacional de Resíduos Sólidos trata exatamente de que os fabricantes e os consumidores terão de se responsabilizar pelo lixo que produzem. (mais à pág. 36) Evidente que, na hora em que não produzimos esse lixo, que é o caso do descarte inadequado das sacolas, a gente

acaba gente se antecipando a uma situação que teria de resolver em 2013 ou 2014, pois as regulamentações já estão aí. Outro ponto importante é que quem trouxe as questões de sustentabilidade foram os consumidores conscientes.

Teve uma pressão da sociedade?

Isso no mundo, né? Estamos 20 anos atrás dos primeiros países que começaram essa mudança. Em abril, será votada uma determinação para que todos os países da zona do euro eliminem de vez as sacolas descartáveis, como já acontece na maioria dos países do bloco, como Alemanha, França, Itália.

A pressão contra o uso indiscriminado das sacolinhas já vem de um tempo, então por que a Apas não tomou essa medida antes?

Tudo tem seu tempo de maturidade. Geralmente, nos países onde foi implantada, a medida partiu de uma determinação do governo federal ou do governo estadual, que baixou uma norma. O que nós propusemos foi um acordo, e a partir de um projeto-piloto maduro de mais de um ano de observação. Antes mesmo desse projeto-piloto, já havia experiências em pequenas cidades, como Xanxerê (SC) e Descalvado (SP).

Vale ressaltar que, para chegarmos ao termo sustentabilidade e seus pilares, demoramos 30 anos de discussão na ONU com todos os países do mundo. Em cinco anos, a Apas desenvolveu um projeto como esse de substituição de todas as sacolas do estado de São Paulo por reutilizáveis. Acho que é um grande avanço em um tempo muito curto.

Como foi o trabalho para adesão dos supermercados associados à Apas? Que prós e contras foram levantados? Como se deu a decisão final?

Houve uma resistência grande por parte do setor, principalmente porque as empresas entendiam que as sacolinhas eram um produto de marketing. Os donos dos supermercados adoravam ver a marca da sua empresa nas portas das casas.

Ainda que embalando o lixo?

Ainda que embalando o lixo. Esse ponto é interessante, porque foi por aí que a gente começou, dizendo a eles: “Essa sua marca está indo para o lixo, para os bueiros, está matando animais e há denúncias disso feitas pelo Greenpeace, SOS Mata Atlântica, Akatu. É isso que nós queremos? É essa a imagem que o setor e suas empresas querem construir?” Então, em cima disso fomos convencendo todos.

Demorou?

Demorou. O projeto de Jundiaí, por exemplo, lançado em 2010, veio sendo discutido desde 2009.

E as outras partes interessadas, como a indústria do plástico e os fabricantes de sacolas? Houve alguma tentativa de interlocução com eles? Como isso se deu?

Fizemos um projeto com esse segmento em 2008, na própria feira que falava de sustentabilidade. A ideia era substituir por uma

sacola maior com maior resistência. Mas o projeto deu n’água, e os resultados eram muito pequenos perto do que a gente vinha observando em Xanxerê, Descalvado ou outras cidades do mundo. Tivemos que dizer: “Olha, o caminho não é esse. Não adianta incentivarmos a cultura do descarte, temos de incentivar a cultura da reutilização e, antes disso, a redução”. Depois desse período de entendimento, observamos hoje muitas empresas do setor de plásticos já produzindo as reutilizáveis.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos levou 20 anos para ser aprovada. Talvez seja isso também o que desestimulou essas empresas a acreditarem que algum dia pudesse acontecer. Quem acredita que vai ter reforma tributária depois de tantos anos falando nela? Mas uma hora vai, e as empresas que não estão fazendo seu planejamento tributário desde hoje vão sofrer quando a reforma vier. Foi isso o que acho que aconteceu durante esse processo.

Quantas sacolas são anualmente consumidas aqui em São Paulo?

São 7 bilhões de sacolas por ano só no estado de São Paulo, levando-se em conta 3,6 sacolas por compra, que é um índice muito baixo. Eu acho que é mais. Imagina 7 bilhões se acumulando todos os anos, por 400 anos. Isso vai se acumulando nos lixões, vai entupindo bueiros, vai aumentando os riscos de enchentes. O Greenpeace denuncia 100 mil mortes de animais por ano causadas pelo plástico.

Os fabricantes de sacolinhas argumentam que o consumidor vai precisar comprar a mesma quantidade de plástico para embalar o lixo.

Isso é fácil de desmentir. Primeiro, o saco de lixo é na maioria reciclado, não é feito de matéria virgem. Já a sacolinha, além de você consumir recursos naturais virgens, despeja isso no meio ambiente no outro dia. Segundo, é que passa a haver um uso racional. No momento em que tenho a percepção de que desembolsei dinheiro por esse saco de lixo, eu vou valorizar o uso. O consumidor da sacolinha também desembolsou, mas não percebe porque o custo estava embutido no preço das compras. É como imposto, parece que ninguém paga.

Nas cidades onde já implantamos o projeto, a categoria saco de lixo cresceu 15% em um ano. Por que ela não cresceu na proporção dos sacolinhas descartáveis? Por causa do uso racional. Eu começo a usar materiais disponíveis, como jornal, que ia para o lixo e agora passa a forrar alguns cestinhos. Assim como embalagens de produtos como arroz, ração e até caixinha de leite. Os próprios sacos de hortifrúti passaram a ser reutilizados.

Cinco quilos de saco de lixo saem por R\$ 25. Isso é quase 50 sacos de 100 litros. Um saco de lixo de 100 litros você usa uma vez por semana ou mais. Segundo pesquisa do Ibope feita nas cidades onde já implantamos o projeto, 82% das pessoas responderam que conseguiram reduzir o uso de sacos plásticos em suas casas.

Aqui na cidade de São Paulo houve inicialmente um estranhamento. Quanto tempo leva entre esse primeiro choque e a tomada de consciência?

Na primeira semana, o Datafolha já mostrava 57% de aprovação... nem nós acreditávamos em um resultado desse, porque, em Jundiaí, a primeira semana não tinha dado nem 30% de aprovação.

A gente se antecipa a uma situação que teria de resolver em 2013 ou 2014, pois as regulamentações já estão aí

Depois de um ano, chegou a 77%. E 52% acham que a cidade de Jundiaí está mais limpa.

O outro lado é que 40% das pessoas desaprovaram (3% se omitiram). Qual o balanço da imagem institucional perante a opinião pública: de ganho ou de perda?

Temos de entender qual é o nosso propósito. Nós trouxemos uma série de novos debates. A partir das sacolinhas, começou-se a falar em aterros, coleta seletiva...

Puxou outros fios?

Sim. A gente conseguiu alinhar nossos ideais aos do consumidor consciente.

Uma das coisas que tenho escutado dos consumidores mais irritados é a questão dos custos: “Os supermercados estão economizando com as sacolas, e agora eu tenho de comprar o produto deles”. Quanto os supermercados estão economizando com as sacolas e quanto isso significa? E qual era o peso que isso tinha para o consumidor?

Apenas algo entre 0,1% e 0,2% dos custos, em média. Então, colocar uma entidade como a Apas para fazer um projeto dessa magnitude, a fim de reduzir um custo de 0,1% ou 0,2%, não faz sentido. A gente conseguiria essa redução por outros caminhos. O que estamos preocupados é que esse dinheiro deveria voltar na forma de ações sustentáveis, e não só na forma de desconto ou serviço.

Por mais ínfimo que seja o custo, o ponto é que o consumidor se sentiu lesado e questionou: “Por que o supermercado não divide essa conta comigo, uma vez que o valor é tão baixo?” Já existe alguma definição de como esse dinheiro vai voltar para o consumidor de forma que ele consiga perceber isso?

Uma loja que vende R\$ 500 mil por mês terá entre R\$ 500 a R\$ 800 mensais de economia com a sacolinha. Quando eu divido R\$ 500 por 12 mil itens, chego a algo na terceira ou quarta casa de centavo (o resultado é 0,0417). Então, é muito difícil você mostrar isso para as pessoas. Você tem que olhar para o todo. Por que países

nos cinco continentes proíbem as sacolas? Tenho certeza que não foram perguntar para o comércio o que eles fariam com a economia deles. Por que aqui se questiona tanto?

Por quê?

Porque é um acordo voluntário e foi a gente quem puxou essa bandeira. Do ponto de vista do negócio, da porta para dentro, a gente estava em uma posição muito fácil. Colocava as sacolinhas, repassava o custo e o consumidor pagava. Qual era o meu problema? Nenhum! Por que a gente resolveu comprar uma briga dessas? O nosso problema era da porta da loja pra fora. A Apas vem trabalhando em algumas questões, por exemplo: fizemos a campanha “Pense rosa”, para que as mulheres se interessem em fazer o exame de câncer de mama.

Podemos ser uma alavanca de transformação social, porque 85% de todas as compras feitas no Brasil passam pelos supermercados. Atendemos 25 milhões de pessoas por dia. Temos como realizar uma série de ações que possam resultar em melhorias de forma geral.

Nessa linha, como os supermercados podem atuar no sentido de reduzir a enorme quantidade de lixo que o consumidor acaba tendo que levar junto quando compra determinado produto? O saco plástico é parcela muito pequena, considerando-se todas as embalagens envolvidas nos produtos. (mais em reportagem à pág. 26)

Em alguns supermercados, quando passa pelo caixa uma pasta de dentes, você fica com o tubo e deixa a caixinha para a reciclagem.

Mas isso não reduz o lixo, apenas acelera a reciclagem.

Ah, sim. Esse é um processo que está acontecendo na indústria. Por exemplo, em vez de você comprar um amaciante de 2 litros que tem basicamente água, já oferecemos nas lojas só o concentrado, porque a água você já tem dentro da sua lavadora. Há uma série de casos em que você reduz a embalagem, mas não reduz o conteúdo. E agora temos que discutir essas ações com a indústria.

Uma iniciativa como essa parte muito do fabricante, mas como o varejo pode estimular a mudança?

Essa bandeira que trouxemos está puxando um monte de fios, como você disse, o que a indústria está observando com muita clareza. A indústria também vai perceber isso e fazer essa mudança.

O pessoal da indústria do plástico diz que essa é uma ação populista e não está fundamentada em boa ciência, que vocês estariam demonizando o produto deles. A Apas fez ou se baseou em algum estudo que atestasse que as sacolas retornáveis são mais sustentáveis que a opção convencional?

Não há nenhum objetivo de falar mal do plástico, a questão é o uso dele. É um produto que sofre um descarte inadequado e tem um volume de consumo desnecessário e desenfreado. Se a gente quisesse fazer um estudo sobre o impacto desse produto sobre o planeta era só olhar para qualquer país que já fez essa mudança para ver quais foram os motivos de cada um deles.

O nosso programa de treinamento para os colaboradores fundamentou-se, em 80%, em reportagens produzidas pela imprensa

nacional a respeito dos impactos ambientais das sacolinhas. Uma delas sobre o Lixão do Pacífico (*um ponto do oceano onde se concentra enorme quantidade de lixo plástico*). Tem uma entrevista do Milton Young, na CBN, que contrapôs o presidente da Plastivida ao diretor do Greenpeace, Sérgio Leitão, que é muito interessante. Agora, quando se fala que a cultura do descarte polui menos do que a da reutilização, aí pra mim não tem mais lógica.

Parte das sacolas retornáveis que estão sendo vendidas pela Apas vem de países asiáticos que não têm um histórico dos mais virtuosos em relação à questões ambientais ou sociais. Qual foi o critério dessas opções?

A indústria brasileira não estava preparada para a mudança. Não tinha sacola reutilizável no País (*em quantidade suficiente*). Agora é que estão começando a surgir fornecedores nacionais. Projetos como o de Jundiá e Americana (SP) foram 100% feitos com fornecedores nacionais. As sacolas que o Pão de Açúcar – meu concorrente – trouxe de Taiwan foram investigadas pela *Folha de S. Paulo*. O que eles descobriram foi que essa família trabalha dentro da lei. Mas a gente quer que sejam feitas aqui dentro, queremos comprar de fornecedores brasileiros e estamos investindo em fabricantes brasileiros.

Um dos produtos que o Brasil ainda não tem capacidade para fabricação adequada são sacolas feitas de PET reciclado. Trazendo da China, custa R\$ 2,50, enquanto aqui custa R\$ 7. A China está nesse patamar porque baniou as sacolas descartáveis – e foi um banimento mesmo – em 2007. (*Os dados sobre a China são controversos, como mostra Coluna à pág. 25*)

O TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), que foi uma maneira de atender às pressões dos órgãos de defesa do consumidor para que os supermercados prorrogassem a oferta de sacolinhas descartáveis, não foi uma medida que acabou confundindo a população e gerando um certo descrédito para a medida?

É fato que foi a gente que introduziu (o hábito da sacola). Não adianta acusar o consumidor do descarte incorreto


Na verdade, o problema foi como o TAC foi comunicado, não o TAC em si. Eu vejo aqueles promotores como heróis, porque nunca alguém foi ao Ministério Público, sentou numa mesa, passou nove horas discutindo e assinou um TAC na mesma noite. O TAC só vem reforçar a posição da Apas, porque ele deixa muito claro que o MP entende que as sacolas descartáveis prejudicam o meio ambiente, mas que foi a gente mesmo que induziu esse comportamento. Eu sempre disse para os meus colegas aqui na Apas que, lá na frente, se fôssemos acusados de alguma coisa, teríamos de assumir a nossa responsabilidade, porque é fato que foi a gente que introduziu isso (*o hábito da sacolinha plástica*). Não adianta acusar o consumidor que está descartando as sacolas incorretamente.

Aí o TAC disse que era preciso melhorar questões que não estavam no acordo. Acharmos fantásticas as propostas tanto do MP como do Procon. Eles trouxeram a ideia de todo mundo ter uma sacola reutilizável econômica, mais acessível. Eles também propuseram o dia da sacola reutilizável gratuita, que era um desejo latente nosso. No dia 15 de março, todos os consumidores que comprarem cinco itens ou mais receberão uma sacola reutilizável. E, o mais importante, tem que ter um tempo de desagregação: 3 de abril será o último dia de sacola descartável, seja de graça, seja vendida. E isso não vale mais só para associados da Apas. O TAC vale para todos os supermercados do estado de São Paulo. Com isso, a medida ganhou praticamente força de lei. O nosso objetivo não era esse, nosso objetivo era usar a via da conscientização. Mas, como isso trata somente do setor de supermercados, acho que foi uma grande contribuição.

O importante é que ninguém até hoje questionou o mérito do que estamos fazendo, em nenhuma mesa de negociação. Ninguém veio nos dizer que essa proposta de trocar o descartável pelo reutilizável não era válida. O que está em discussão é a forma, quais as datas, o que vamos fazer com o dinheiro que vamos economizar, qual o preço das sacolas reutilizáveis. Inclusive, o promotor lembrou uma coisa interessante: que a sacola reutilizável não precisa nem ser comprada. Qualquer pessoa pode fazer uma sacola em sua casa, ou com uma costureira. Você compra um tecido, faz a sacola e acabou.

Esse não é um movimento do governo do estado, dos supermercados, do Procon: esse é um movimento mundial do consumidor consciente, é um movimento da sociedade que veio crescendo. Evidentemente, as organizações ambientalistas ajudaram muito a disseminar essa ideia – a SOS Mata Atlântica, o Greenpeace, o Akatu.

Mas a parcela do consumidor consciente é muito pequena. Segundo as pesquisas do próprio Akatu, correspondem a 5% da população.




Eu discordo, acho que o consumidor quer fazer, mas não tem o caminho, não sabe como. O meu filho fez aniversário de 5 anos há duas semanas. Ele gosta muito de assistir a programas de TV sobre meio ambiente, ir a parques etc. Ele cortou o bolo e a gente falou para ele fazer um pedido. Depois fui perguntar qual era o pedido e ele me contou que tinha sido o de não encontrar mais lixo na natureza. Ele tem 5 anos... Agora, como é que não se encontra mais lixo na natureza? Fiquei feliz de saber que, daqui a alguns anos, vou poder dizer para ele que dei uma ajuda, mesmo que muito pequena, para que isso acontecesse. 

[ARTIGO]

Por um olhar mais **completo**... A biodiversidade tem sido tratada de forma simplista nas iniciativas em prol da conservação – o que não lhes tira o mérito, mas restringe a avaliação de alguns indicadores **CRISTINA SIMONETTI***

O tema da conservação da biodiversidade é praticamente onipresente nos relatórios de sustentabilidade empresarial e nos indicadores de instituições como a International Finance Corporation (IFC), a Global Reporting Initiative (GRI), o Instituto Ethos e outras (*mais na edição 46 de PAGINA22*). Nesse contexto, a ascendente importância do tema levou muitas empresas para além de suas obrigações legais – feito particularmente louvável no Brasil, onde a conservação da biodiversidade é amparada por vários diplomas oficiais (federais, estaduais e municipais) e uma das questões mais relevantes nos processos de licenciamento ambiental.

Apesar de ser um tema de relevância crescente nas iniciativas em prol da conservação, a biodiversidade tem sido tratada de forma simplista nos indicadores de relatórios de sustentabilidade empresarial e das instituições financeiras que seguem as normas dos Princípios do Equador – que institui parâmetros sociais e ambientais nas concessões de financiamento. A simplificação não tira o mérito nem compromete o êxito de tais iniciativas, mas restringe a avaliação de alguns desses indicadores.

Na prática, a biodiversidade é a diversidade ecológica – um dos temas centrais da Ecologia há mais de um século. A diversidade não é um recurso, algo de que se possa fazer uso, mas, sim, uma propriedade das **populações** , das **comunidades**  e dos **ecossistemas** . Impactos em populações, comunidades e/ou ecossistemas afetam a diversidade, quase sempre de forma irreversível. Os efeitos não se restringem às alterações imediatas, mas perpetuam-se de forma complexa e pouco previsível.

Esta discussão pretende incitar o debate sobre a necessária convergência entre a biodiversidade dos padrões e indicadores e a



diversidade ecológica da Ecologia. Como o espaço é breve, concentra-se no padrão de desempenho da IFC que trata da conservação da biodiversidade – o PS6 Biodiversity Conservation and Sustainable Management of Living Natural Resources (Conservação da Biodiversidade e Manejo Sustentável de Recursos Naturais Vivos) –, especificamente no que é possível avaliar, na prática, da biodiversidade.

As avaliações do atendimento ao PS6 fundamentam-se nos estudos conduzidos durante o processo de identificação de riscos e impactos sociais e ambientais, em regra, o processo de licenciamento ambiental, e consideram iniciativas voluntárias destinadas a apoiar uma unidade de conservação ou a preservação de determinada espécie.


Como outros indicadores, o PS6 adota o conceito de biodiversidade estabelecido na Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD): a variabilidade entre organismos vivos de qualquer natureza, incluindo, entre outros, ecossistemas terrestres, marinhos e outros aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte.

A definição da CBD considera três níveis de diversidade ecológica: a diversidade intraespecífica, a diversidade entre espécies e a diversidade dos ecossistemas. O primeiro nível refere-se à variabilidade genética de populações de determinada espécie. É o objeto da Ecologia Genética, que busca elucidar mecanismos da seleção natural por meio de estudos populacionais de

longa duração. Os estudos, que relacionam dados experimentais à história natural da espécie investigada, são incompatíveis com os objetivos dos processos de identificação de riscos e impactos — dos quais, de fato, não fazem parte.

O segundo nível, entre espécies, é a diversidade específica da comunidade, conhecida como diversidade α (alfa). A diversidade α , na prática, aquela de uma amostra representativa de uma comunidade, é, de longe, a mais investigada. Principal propriedade mensurável das comunidades, a diversidade α conta com modelos e índices robustos para sua estimativa. É, por isso, o descritor mais frequente nos estudos ambientais.

O terceiro nível, a diversidade dos ecossistemas, pode ser tanto correlacionado à diversidade γ (gama), aquela de um conjunto de amostras de diferentes comunidades de determinada região, como à diversidade δ (delta), das mudanças ao longo de gradientes climáticos ou entre diferentes áreas geográficas. Estudos dos níveis regionais de diversidade são poucos e se limitam a modelos teóricos. Por isso, não fazem parte de estudos ambientais.

Assim, as análises circunscrevem-se a um dos três níveis – a diversidade específica da comunidade –, e dependem da qualidade dos dados. Ocasionalmente é possível avaliar outro nível, a diversidade β (beta), entre diferentes comunidades de uma área heterogênea. Como analisar adequadamente a diversidade, nos níveis δ e γ , é tema oportuno para outra discussão. 

* BIÓLOGA, MESTRE EM GEOLOGIA SEDIMENTAR E DOUTORA EM ECOLOGIA. DIRETORA TÉCNICA DA ERM BRASIL

Múltipla escolha

Afirmar qual é o tipo de material menos prejudicial pode ser uma armadilha, se não levarmos em conta cada um dos aspectos envolvidos em sua produção, no pós-consumo e até no impacto social **POR THAÍS HERRERO ARTE DORA DIAS**

Vidro, plástico, plástico biodegradável, papel, papel reciclado, alumínio. Nas prateleiras do supermercado apresentam-se os mais diversos tipos de embalagens, muitas vezes para o mesmo tipo de produto. Enquanto passeia com o carrinho e olha a lista de compras, você, consumidor, depara-se com a questão: como escolher a de menor impacto ambiental? Há poucas informações claras e diretas nos rótulos e você não tem a menor informação do que aconteceu com aquele material antes de ele chegar a suas mãos. Também não tem controle do destino final ao jogá-lo no cesto do lixo – mesmo que reciclável.

Diante desse impasse, dificilmente ficaria satisfeito se alguém, ali no meio das gôndolas, respondesse a sua pergunta com um simples: “Depende”. Mas, para desconforto e desconsolo dos adeptos do consumo consciente, essa é a melhor forma de fazer as escolhas. Nas Análises de Ciclo de Vida (ACV) dos produtos, que considera os **impactos ambientais** de toda a cadeia de produção como um raio X do “berço ao túmulo, “depende” é a resposta mais honesta e precisa que se pode dar aos questionamentos do consumidor.

É por meio de uma ACV que entendemos por que uma garrafa de vidro retornável pode ter impacto ambiental maior que uma descartável, a depender do critério usado. Segundo estudo do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) e do Centro de Tecnologia de Embalagem, do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Cetea-Ital), “Avaliação do ciclo de vida: princípios e apli-

cações”, uma garrafa de vidro que viaja 200 quilômetros para ser reutilizada, pelo menos seis vezes, tem impacto ambiental menor do que a descartável em relação a emissões de carbono e recursos naturais. No entanto, no cenário de mil quilômetros, a descartável (desde que reciclada) é mais ecológica, porque é mais leve e tem menor consumo de energia por unidade funcional do que a embalagem retornável em seu primeiro uso. É preciso também levar em conta a taxa de quebra do vidro antes mesmo do início do caminho de volta ao reúso.

NEM SEMPRE O PLÁSTICO É VILÃO

Muito comum em tempos de preocupação com as fontes não renováveis e emissões de carbono, encarar o plástico sempre como o vilão do meio ambiente é um erro, segundo Leda Coltro, pesquisadora em ACV do Cetea. Ela explica que, hoje, muitas empresas alimentícias tentam reduzir a quantidade de embalagem em seus produtos, mas existe um nível mínimo que, se ultrapassado, compromete a qualidade e a segurança do produto.

Antes de chegar ao seu prato, uma peça de picanha passa por uma cadeia longa que envolve o uso da terra para o gado pastar e sua alimentação, a energia gasta nos frigoríficos, a fabricação da embalagem e o transporte. “Se a carne estragar antes de ser consumida, toda essa cadeia de alto impacto ambiental é perdida. E, olhando tudo isso, o impacto da produção da embalagem fica entre 5% e 10%. É melhor uma embalagem mais grossa, mas com a garantia de que todo o processo anterior tenha valido a pena”, diz. *(mais sobre embalagens à pág. 26)*

▀ Tais como uso de recursos naturais, emissões de carbono, consumo de água e degradação



()



()



()



()



()



()



()



()



()



()



()



()

IMAGENS: SHUTTERSTOCK

Raramente um produto será bom do ponto de vista da água, do clima, da biodiversidade. Tudo depende do olhar escolhido

Outros pontos importantes a ser considerados nas análises de ciclo de vida são as especificidades dos locais sobre os quais são feitos os estudos e os cenários considerados. O tipo de matriz energética, bem como os modais de transporte característicos de cada país, taxas de reciclagem e condição e existência de aterros sanitários alteram os resultados das ACV de um mesmo produto.

Se uma empresa quiser diminuir o impacto ambiental e precisa optar entre redução de consumo de água ou matérias-primas vindas do petróleo, o que deve fazer? “Deve-se considerar, antes de qualquer coisa, onde essa empresa atua”, responde Luiz Alexandre Kulay, pesquisador da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. “A relevância da água no Kuwait não é comparável com sua utilidade na Amazônia e a ACV vai dar pesos diferentes a isso em cada local”, diz.

“A principal função de uma Análise de Ciclo de Vida não é dizer qual é o melhor ou o pior produto. O papel reciclado, por exemplo, demanda muita água, mas emite menos carbono do que o de celulose virgem. Algum impacto sempre vai ter. O que o consumidor está disposto a sacrificar?”, questiona o pesquisador e professor Alcir Vilela, do Centro Universitário Senac.

O MAPA DA MINA

Para Vilela, os consumidores buscam informações prontas do que é certo ou errado, mas isso acaba levando a um simplismo. O que é bom para o meio ambiente é uma questão múltipla, porque envolve ser bom para o ar, para o solo ou para a biodiversidade e raramente um produto o será para tudo. “As pessoas me perguntam o que é mais ecológico, por exemplo: a lâmina de barbear ou a elétrica. E eu me recuso a responder, porque sou contra guias com respostas prontas, sem aprofundamentos”, diz.

Mas, entre tantos relativismos e variáveis, ficará o consumidor sem saída? Não. Um modo mais honesto de informá-lo, propõe Vilela, seria disponibilizar nas embalagens uma tabela de impactos, como hoje temos a nutricional. Como ele diz, é o “mapa da mina” que mostra exatamente o que representa aquele produto para o meio ambiente.

“O consumidor pode ficar confuso no começo, mas a desvantagem do excesso de informação será convertida em uma demanda por mais explicações por parte das empresas, que deverão mostrar mais do que selos e slogans sobre ‘material reciclável’ ou ‘biodegradável’. Será um desafio achar um modo de dar essa informação com clareza e sem maquiagens de interesses”, diz.

Nos Estados Unidos existe desde 2009 uma empresa que oferece esse tipo de tabela: a Good Guide. O consumidor baixa o aplicativo no celular, tira uma fotografia do código de barras e recebe uma lista com a pontuação do produto em relação ao impacto ambiental, social e na saúde. Os itens tratados vão desde emissões de carbono até se a empresa emprega mulheres ou pessoas de grupos minoritários em altos cargos ou sofre processos trabalhistas. Se o produto tiver na composição algum elemento cancerígeno, o consumidor fica sabendo e ainda se informa sobre que tipo de mal pode causar. Hoje, estão tabelados cerca de 150 mil produtos de todos os tipos.


ACV SOCIAL

O impacto social de um produto é uma vertente da Análise de Ciclo de Vida que começou apenas recentemente a ser considerada. Alguns projetos-piloto estão em desenvolvimento pelo Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (Pnuma), entre eles um da Natura que mapeou a cadeia produtiva do sabonete de cacau da linha Ekos e analisa sua influência nas comunidades envolvidas. *(Leia no site a matéria completa sobre ACV Social)*

Por enquanto, esse tipo de análise ainda está buscando as melhores metodologias de estudo. Se um produto está relacionado a dois casos de trabalho infantil, não quer dizer que é melhor do que um que está relacionado a cinco casos, por exemplo. Os valores são quantitativos e provam, mais uma vez, que a relativização é tão importante quanto a disponibilização da informação.

O que não se pode é comparar impactos iguais por ações diferentes, explica Kulay, da Poli-USP. “Já vi estudo afirmar que fazer churrasco emite mais gás carbônico do que andar de carro. Isso é uma distorção de dados, porque os dois eventos têm funções sociais diferentes”, diz.

É de Kulay também a constatação pragmática de que o mais importante é diminuir o impacto e saber o que se pretende com a busca do “melhor produto”. “Nunca atingiremos uma situação sem impacto. Ou terá impacto social, econômico ou ambiental. O que se deve fazer é adaptarmos as gestões de produção, de acordo com as ações individuais e coletivas, com a realidade que vivemos e diminuir os danos gerados. Consumir gera impacto sempre”, lembra. [zzz](#)

 LEIA MAIS SOBRE ACV SOCIAL NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22

[ARTIGO]

A liquidação do consumismo

Rotas de fuga existem e mostram que há vida inteligente fora do simples ato de comprar, comprar, comprar. **POR MARIA LUTTERBACH***



O termômetro em Barcelona marca 5 graus e eu quero crer na propaganda de uma loja que já promete a chegada da primavera. Como manda o calendário da moda, a próxima estação aparece na vitrine dois meses antes das primeiras flores. E as pessoas correm às compras, já que também é época de liquidações. Vai ver que, arrematando um vestido novo, conseguem se distrair um pouco do vento gelado.

Com ou sem crise, os espanhóis compram aos montes durante as “rebajas”, como são chamadas aqui as temporadas de promoção. Uma amiga, que não resistiu e voltou da rua carregada de novidades nas sacolas, me oferece uma pilha de roupas usadas das quais vai se desfazer. Pergunto por que ela abre mão de peças tão novas, algumas ainda com etiqueta. “Custam 3, 4 euros cada uma. Quando você começar a comprar, vai entender”, explica. Ponto para a indústria da moda. E para mim, que reabasteço o guarda-roupa sem colaborar diretamente com essa frenética e suspeitíssima cadeia de produção de desejos.

Afinal, todo mundo sabe que uma peça de roupa não pode sair tão barata impunemente. E o recente escândalo sobre trabalho escravo de imigrantes na multinacional Zara em São Paulo é só uma pérola desse colar de muitas voltas. Não é simples escapar do ciclo, mas as rotas de fuga existem e provam que dá para consumir com menos histeria e mais consciência. Bom exemplo é o que não falta.

Um primeiro passo para repensar nossos hábitos como consumidores é aderir à compra de itens de segunda mão. Garimpendo, dá para encontrar muito do que a gente precisa em bom estado e muito mais barato. Isso ainda significa deixar de comprar coisas novas, que demandariam matéria-

prima, CO₂ e trabalho – às vezes ilegal – para serem produzidas e chegarem até você.

Aqui em Barcelona, as feiras de usados costumam acontecer nas ruas, de um jeito bem improvisado. Quem quer levar mercadorias se cadastra antes e, no dia combinado, é só chegar e expor. Conheci uma dessas no bairro do Raval há uns três meses, quando ia a Berlim, e me dei conta de que não tinha roupa para enfrentar o frio de lá, este, sim, para valer. Com algumas moedas resolvi meu problema e ainda ajudei quem estava ali a voltar com menos coisas (e uns trocados a mais) para casa.

Mas foi só caminhando por Berlim que entendi como a cultura de reaproveitamento e consumo responsável pode realmente fazer a diferença em uma cidade. As lendárias casas ocupadas, utilizadas como estúdios por artistas e profissionais liberais, são apenas a faceta mais divulgada de uma postura que se reflete em todos os cantos. Seja nos próprios mercados de rua, como o dominical Mauerpark, em Prenzlauer Berg, seja nas chamadas cozinhas populares (*Volksküche*), onde são servidas refeições vegetarianas ou veganas por cerca de 1 euro.

Está claro que a capacidade berlinense para reciclar e economizar tem a ver com a escassez enfrentada em tempos difíceis. Para ficar com um só exemplo, as “mulheres dos escombros” (*Trümmerfrauen*) entraram para a história da Alemanha ao fazer uma gigantesca faxina nas cidades arrasadas pela Segunda Guerra. Em cima dos montes de escombros, elas separavam tijolos e outros materiais que seriam reaproveitados na reconstrução dos edifícios.


Hoje, é difícil entrar em um bar, loja ou restaurante da capital germânica que não guarde essa memória de reutilização – e a onda vintage reforça a tendência. A

prática também se dissemina entre jovens estilistas e designers adeptos do upcycling, processo de transformar resíduos e objetos descartados em novos produtos com valor agregado. Em Berlim há várias marcas, como a Milch (milch.mur.at), que desenha roupas e acessórios a partir de restos de tecidos e aviamentos. Além de usar materiais que já estão em circulação, esses coletivos de moda têm em comum o repúdio à fabricação de roupa em massa. [\[1\]](#)

Uma resposta brasileira ao consumo exagerado e à especulação são feiras de troca como a do Centro de São Paulo (feiradetrocascentro.blogspot.com), ou a realizada pelo Cineclubes Socioambiental (cineclubesocioambiental.org.br/eventos/feira_de_trocas.php).

Às vezes, as trocas são feitas diretamente – uma planta por um corte de cabelo – e, em outras, é usada uma moeda que só tem valor dentro do evento. Nesse contexto, o consumidor vira também produtor, o que facilita o entendimento sobre cooperação e reciprocidade. Quem não quer participar de uma feira grande tem como opção o velho e bom bazar entre amigos, que rende no mínimo uma boa limpeza nos armários.

Por falar em desaparego, outra prática de Barcelona que merece ser replicada é o “Dia dos Trastes”. Em dias alternados, moradores de determinada região da cidade deixam roupas, móveis e outros objetos nas ruas e quem passa pode levar o que quiser – ou o que puder carregar. Toda semana eu ganho um livro “novo” nessa brincadeira e, na última, achei uma estante que agora virou a casa deles. Sim, dá para ficar contente com pouco – e desse jeito é bem mais civilizado. [zzz](#)

 JORNALISTA, ESTUDA EDIÇÃO DE LIVROS EM BARCELONA

[1] Sobre upcycling de roupas em Berlim, visite semidomesticated.com e upcycling-fashion.de



FOTOS: LUCAS CRUZ

Carnaval **passado**

A festa acaba com lixo ou o lixo acaba com a festa? Ou será uma festa quando o lixo, enfim, acabar? Perguntas para responder quando finda a fantasia, o ano recomeça, e os meses ficam poucos para lidar com toda a exuberância irracional dos fevereiroiros. - POR AMÁLIA SAFATLE



Era uma vez, 22 milhões de livros.

Todos com final feliz.

A Fundação Itaú Social, por meio do programa **Itaú Criança**, já entregou mais de 22 milhões de livros em todo o Brasil. O programa foi criado, em 2006, para ajudar a despertar desde cedo o gosto pela leitura entre as crianças. Queremos dividir essa boa notícia com você e com todos aqueles que também acreditam que a educação é o melhor caminho para a transformação do Brasil em um país verdadeiramente rico, desenvolvido e com oportunidades iguais para todos.



A educação muda o Brasil.
E o Itaú participa dessa mudança
com você.

Baixe um leitor QR code
em seu celular, fotografe
o código e assista
ao filme "Historinha".



DPZ

